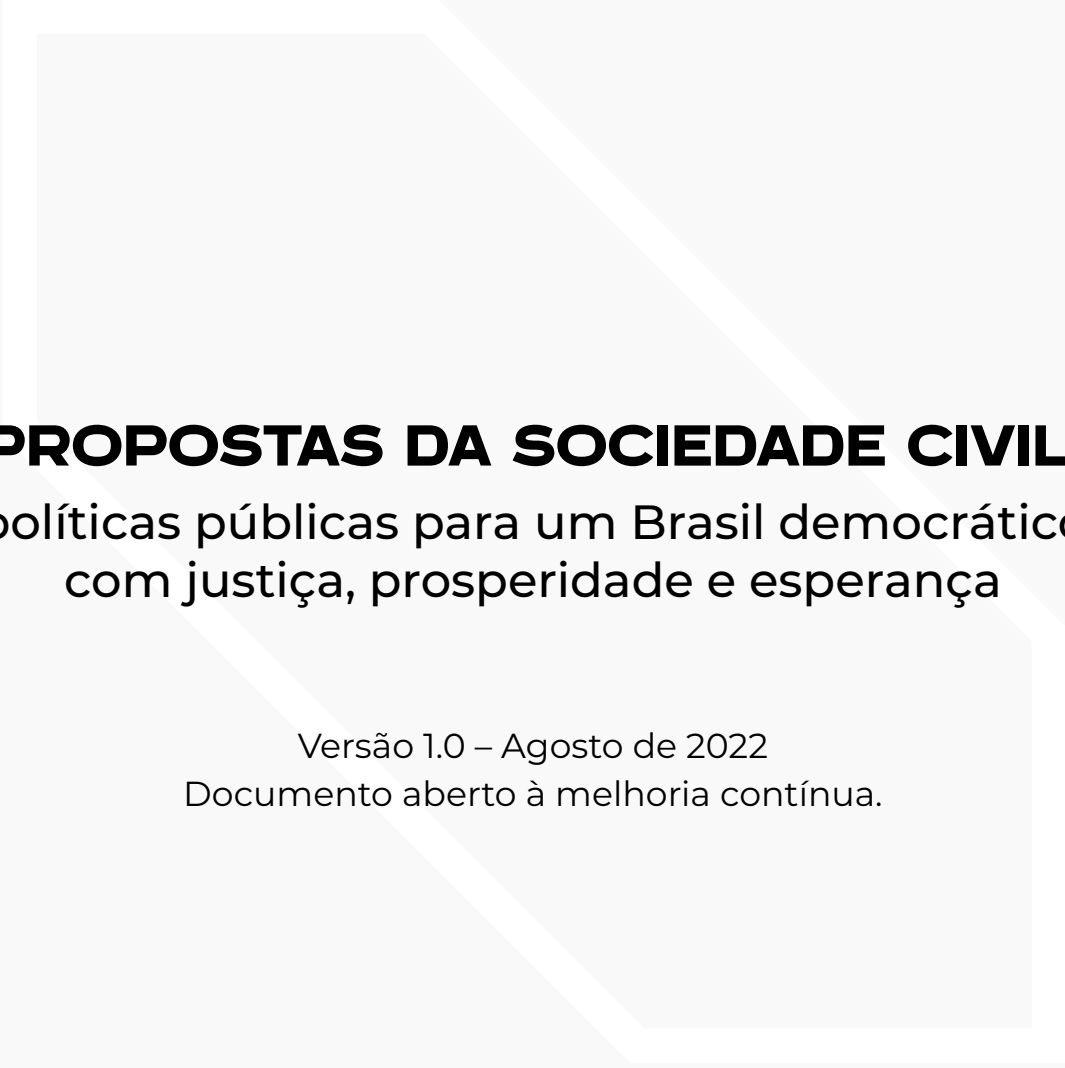


UMA AGENDA INADIÁVEL



INICIATIVA
DERRUBANDO
MUROS



PROPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL:
políticas públicas para um Brasil democrático
com justiça, prosperidade e esperança

Versão 1.0 – Agosto de 2022
Documento aberto à melhoria contínua.

ÍNDICE

DÁ PARA FAZER: APRESENTAÇÃO	5
Por José Cesar Martins	
EDUCAÇÃO	11
Elaboração: Ricardo Henriques, Cristovam Buarque, Tomás Alvim, Fersen Lambranco e Mendonça Filho	
SAÚDE	19
Elaboração: Pedro Hallal, Eduardo Jorge, Robson Capasso e Miguel Lago	
SEGURANÇA PÚBLICA	26
Elaboração: Ilona Szabó, Melina Risso e Joana Monteiro	
ECONOMIA VERDE, AMBIENTE E CLIMA	34
Elaboração: Ana Toni, Tasso Azevedo, Natalie Unterstell, Marcelo Britto, Benjamin Sicsú, Sergio Viana Besserman e Beto Veríssimo	
INDÚSTRIA DO FUTURO	40
Elaboração: Horácio Lafer Piva (apoio no trabalho conjunto: Pedro Passos e Pedro Wongtschowski)	
EMPREENDEDORISMO	44
Elaboração: Fersen Lambranco	
INOVAÇÃO	46
Elaboração: Roberto Alvarez, Juan Carlos Castillo-Rubio, Fersen Lambranco, Robson Capasso	
ENERGIA	52
Elaboração: Luiz Barroso, Jerson Kelman, David Zylbersztajn, Benjamin Sicsú, Rogério Studart, Roberto Alvarez	
FIGITAL	57
Elaboração: Silvio Meira	
ECONOMIA	61
Elaboração: Samuel Pessôa	
GEOPOLÍTICA	68
Elaboração: Philip Yang	
CARTA DO EDITOR	72
João Villaverde	
QUEM SOMOS	74

UMA AGENDA INADIÁVEL

DÁ PARA FAZER APRESENTAÇÃO

O Brasil nunca engrenou, mas tínhamos a ilusão de que o nosso país se alinharia quase que por gravidade. Afinal, temos tantos pontos fortes: o clima, o vasto território, a diversidade cultural, a Amazônia, a paz com os vizinhos... O que a natureza e as circunstâncias nos deram foi neutralizado por líderes que insistimos em eleger e comportaram-se como atores diversionistas e populistas, afastando-nos da construção de um país mais justo, pacífico e conciliado com o progresso mundial.

A despeito disso, a esperança de que, em algum momento de nossas vidas, assistiríamos ao país “pegando no tranco”, continuava lá. Todavia o atual governo federal, distópico e antidemocrático, pôs fim a essa ilusão.

Fundado há 3 anos em reação a essa desesperança, o Derrubando Muros foi dando-se conta de que o país que almejamos há muito vem sendo gestado pela sociedade civil. Esta assumiu o protagonismo na elaboração de diagnósticos setoriais e na proposição de políticas públicas. E não faltam exemplos positivos quanto a isso.

Uma das mais importantes políticas públicas da educação brasileira, o Novo Fundeb, contou com a participação central de organizações da sociedade civil: não fossem elas, em contato ativo com o Congresso Nacional e em pressão contínua para gerar atenção, essa política não teria saído do papel. Quantos retrocessos, em segurança pública, teriam ido adiante não fosse a pressão contrária de movimentos e organizações da sociedade? Quantas vidas foram poupadas na pandemia a partir de ações de grupos sociais, como a disseminação de informações corretas sobre o vírus e a importância da vacinação e demais cuidados? Enquanto instituições federais de proteção e monitoramento ambiental e climático eram desmanteladas, organizações do terceiro setor nos mantiveram alertas e informados, atenuando (ainda que parcialmente) a destruição cometida pelo governo.

Seja qual for a área – meio ambiente e clima, educação, segurança pública, saúde, habitação, ciência e tecnologia – você, que nos lê aqui, será capaz de pensar em, ao menos, um nome de organização da sociedade civil atuante. Elas nos informam com dados, apresentam-nos estudos robustos com diversas técnicas de análises, explicam-nos temas complexos e indicam-nos saídas possíveis. São formadas por homens e mulheres que produzem estudos, dados e diretrizes a partir de rigorosos cruzamentos estatísticos e de conhecimento prático, em contato direto com territórios, comunidades e saberes locais. A conexão dessas

organizações com o mundo acadêmico e com lideranças empresariais esclarecidas é grande e conhecida.

Há, portanto, uma grande riqueza que vem de baixo para cima em nosso país.

O Derrubando Muros galvaniza essas organizações da sociedade civil, bem como lideranças empresariais, acadêmicos, comunicadores e políticos de diversas vertentes. Muitas lideranças dessas organizações da sociedade fazem parte do DM e colaboraram ativamente na elaboração desta Agenda. Nosso papel, portanto, é o de iluminar essa rica produção, baseada em evidências e em contato perene com as forças vivas do país.

As organizações da sociedade civil que o DM catalisa nesta Agenda de fato acreditam que o país possa melhorar. Acreditamos muito! Cumpre, portanto, apresentarmo-nos. São seis as nossas diretrizes gerais. São elas que balizam a produção desta Agenda:

1. GRUPO DIVERSO: o DM é hoje um grupo de 102 pessoas, deliberadamente, de perfis diversos. Somos pesquisadores de ponta, ativistas nacionais e internacionais, empresários com espírito público, comunicadores e políticos de vários partidos do campo democrático.

2. PRIORIDADE AOS QUE MAIS SOFREM: nosso nível de desigualdade social é a grande vergonha nacional, como foi o escravismo de negros e indígenas até o final do século XIX. Aliás, em grande medida, a exclusão social dos dias de hoje é herdeira da violência escravista jamais compensada. Definimos, em consenso fundamental do DM, que nosso empenho principal está em resgatar os milhões de excluídos, os desempregados e os submetidos à insegurança alimentar. Isso deve ocorrer ao mesmo tempo que nos conectamos aos bons modelos de desenvolvimento democrático que dão certo no mundo. Pois, se nosso objetivo, mediante nossos compromissos, visa superar a crueldade da exclusão dos pobres, é preciso criar condições para a conquista de igualdade de oportunidades para os que mais precisam. Isso passa por uma mudança de olhar, de postura e de ações – públicas e privadas.

3. PENSAR E FAZER: ter ideias inovadoras, consistentes à geração de oportunidades, é importante. No entanto ideias não acontecem fora da ação das pessoas. Por isso, no DM, tanto quanto boas ideias, valorizamos as pessoas que as assinam; suas qualificações e, sobretudo, suas histórias. Seria muita pretensão falar de *dream team*, mas dizer que o DM reúne talentos brasileiros de notável qualidade, jovens e experientes, é só fazer justiça a um grupo sem *parti pris*, sem preferências personalistas e sem agendas ocultas, cujo único objetivo é ajudar a “desentortar” o país. Todos aqui valorizamos a riqueza social, natural e cultural brasileira.

4. AGENDA VIVA: este documento terá versões sucessivas. É como uma planta tenra que, ao crescer, precisará ser nutrida, aguada e podada para dar frutos. É disso que se trata esta Agenda, um acervo de contribuições imaginadas para nos levar à conquista de um país mais justo, pacífico e conciliado

com o progresso mundial. Para essa evolução, além da participação do time do DM, estaremos permanentemente abertos e porosos para receber contribuições qualificadas para melhoria e expansão temática do documento.

5. COADJUVANTE AMBICIOSO: não nos passa pela cabeça a pretensão de ter a verdade final nesta Agenda. Pelo contrário, somos uma espécie de “última milha”, que recolhe contribuições existentes e organiza-as para chegarem até os decisores de políticas públicas. Somos, quem sabe, um bom coadjuvante, mas não os protagonistas. Prezamos a tolerância, o diálogo e a colaboração entre pessoas de posições e opiniões diferentes (desde, é claro, que estejamos todos debaixo do “guarda-chuva” do Estado Democrático de Direito).

6. PARTICIPAÇÃO ABERTA: o DM opera em rede. Qualquer um pode ser parte no seu segmento ou região. Nossas regras de convivência envolvem, além dos pontos aqui já definidos, o diálogo respeitoso, a tolerância com o outro e o respeito à ciência e aos fatos. O público prioritário do DM abrange, basicamente, uma extensão daqueles e daquelas que já fazem parte do grupo: formuladores de políticas públicas nas três esferas (municípios, estados e União), seja no Executivo ou no Legislativo; lideranças de organizações da sociedade civil com focos social, ambiental, econômico e político; lideranças políticas de diversos partidos, desde que comprometidas com a democracia; lideranças empresariais com espírito público.

Estabelecidas as nossas diretrizes, cabe-nos, agora, apresentar esta Agenda que você tem em mãos. A despeito do otimismo que carrega, a Agenda não ignora que muitos problemas do país são estruturais: já estavam instalados antes mesmo do horror se apossar do governo federal em 2019.

ALERTA AOS NAVEGANTES

Antes de nos aprofundarmos um pouco é necessário um esclarecimento: o DM não se configura um partido político.

Os partidos são entidades necessárias para a organização dos interesses multifacetados de nossa sociedade. Acreditamos neles, ainda que, na prática, são poucos – pouquíssimos – que de fato agregam alguma visão concatenada sobre o país. Precisamos de partidos verdadeiros, que tenham organicidade, que dialoguem com as forças vivas das sociedades, incluindo os movimentos sociais, as demandas comunitárias, as frentes empresariais, as universidades, as conexões globais, as instituições públicas. Com um número menor (mas de mais qualidade) de partidos, a personalização e o populismo tendem a diminuir. Será um começo.

Este é um esclarecimento importante para você que lê essas linhas. O DM busca, sim, influenciar a vida política: é preciso chacoalhar o

estado de coisas no Brasil. Buscamos pontes com os partidos e suas lideranças, mas não somos um partido nem queremos constituir um partido.

Temos, agora, uma degradação das condições gerais, mas já vínhamos remando de lado, com uma economia tradicional, pouco resiliente, basicamente produtora de *commodities* e serviços com pouquíssimo impacto na economia mundial.

Exoneramos mão de obra em funções automatizáveis, porém não criamos postos de trabalho em funções mais sofisticadas. A pobreza grassa, os jovens qualificados emigram e o país patina. Enquanto o mundo mergulha na economia do conhecimento, seguimos, por inércia, com a configuração que tínhamos nos anos de 1980. Uma evidência dessa discrepância entre nós e o mundo dinâmico está no ranking das empresas de maior valor de mercado no mundo. Sete entre as dez maiores são “digitais”; no Brasil, nenhuma.

Com o olhar nesse grande gargalo e, mais ainda, nos potenciais que identificamos para nosso país contrariar a tradição e alçar voos mais ambiciosos, víamos a Agenda como uma possibilidade de convergência para cruzar a distopia até um futuro mais generoso para o Brasil.

Desde a criação do DM, foram dezenas de encontros, painéis e rodas de conversa; todavia, logo vimos que encontros e manifestos democráticos são importantes, mas não suficientes. A defesa da democracia exige proclamar um destino e elencar propostas ousadas como nunca imaginamos que fosse necessário.

Nosso país está desorientado e o piloto é parte dos perigos do caminho. Uma Agenda com visão estratégica passou a ser um artefato decisivo para a transição de onde estamos até o futuro auspicioso com o qual sonhamos.

A fulanização das lideranças políticas, ao invés de nos aproximar, afasta-nos de alternativas para a resolução de nossos desafios e acaba rebaixando gravemente o território cívico-político, com candidatos falando como se estivessem lidando com um projeto pessoal, e não com o destino de uma nação com 212 milhões de vidas.

Para manter esse processo de política declamatória e populista que nos colocou onde estamos, o DM não é relevante. Por isso, escolhemos o caminho menos atraente, mas imprescindível, em que podemos fazer alguma diferença: propor uma **Agenda que consideramos inadiável para o Brasil**. Mais que isso, como temos feito a cada problema, em cada oportunidade de mudança, perante cada impasse que afeta nosso país, queremos ter a Agenda ao nosso lado como um roteiro para soluções e conquistas pelas quais nos batemos.

É isso o que você, leitora e leitor, encontrará neste documento.

Nesta Agenda você encontrará educação, saúde, segurança pública, economia verde (que agrega meio ambiente e clima), indústria, transição energética, inovação, digital (se você não conhece, chegou a hora), empreendedorismo, economia e geopolítica.

Cada um desses temas, sabemos bem, representa uma comunidade epistêmica: pessoas gastaram e gastam horas, todos os dias, refletindo e agindo nesses temas. Não cabe ao documento do DM exaurir cada um desses assuntos. Seria impossível e, vamos combinar, entediante.

Nosso objetivo aqui é traçar, de forma direta e sucinta, um diagnóstico a respeito de cada tema no país de hoje e levantarmos propostas que entendemos necessárias para produzir mudanças profundas já a partir de 2023.

ALERTA AOS NAVEGANTES

Estamos diante de duas novas ondas de criação de valor que podem gerar desenvolvimento e condições para a inclusão social: a economia verde e a articulação figital (mundo físico integrado ao digital). Não podemos perdê-las.

Ambos são espaços em que nosso país não tem desvantagem insuperável. Temos a principal floresta do mundo e uma legião de jovens inseridos no ambiente digital e que são ativos para reinventarmos o Brasil, econômica e socialmente. Fala-se muito de inovação como um espaço de *experts*. E é. Mas *experts* são só uma parte da equação. A mais importante inovação passa pela decisão de inserir o Brasil competitivamente no mundo do qual estamos apartados. Esse mundo espera oportunidades para apoiar um Brasil que gere superávit ambiental e corte caminhos com a digitalização para resgatar os excluídos.

Um choque de serviços digitais eficientes, desenhados para assegurar igualdade de oportunidades para todos, terá efeitos benéficos na inclusão social, no crescimento da economia e na paz social que todos, de todas as classes, sonhamos. É ambiciosa a Agenda, como de fato deve ser ambicioso o nosso país.

Cada texto fala com você, que nos lê. Todos apresentam a mesma estrutura: uma abertura sucinta; desafios para as mudanças e, ao final, nosso compromisso – com as propostas elencadas. Em alguns temas, há também a seção Lição de Casa, para lembrar, a todos nós, do “copo meio cheio”. O país avançou muito desde a redemocratização, em 1985. Não podemos jamais nos esquecer o quão lastimável era a nossa situação em tempos de ditadura: calamidade social, exclusão sanitária, hiperinflação, desorganização administrativa, repressão social, censura da imprensa e sobre a cultura, praticamente nenhuma transparência a respeito dos atos públicos.

Este passado, terrível, deve ficar para trás!

O país no qual o DM aposta é uma democracia conectada ao mundo tanto em recursos humanos quanto nos negócios; que protege nossos biomas e apropria-se deles para a pesquisa e o conhecimento; que tem máxima transparência e eficiência nos processos públicos; que busca a igualdade de oportunidades; que conhece a própria história.

Sempre que tivermos oportunidade na última milha em que estão as decisões de políticas públicas, vamos posicionar o DM alinhado com esses compromissos que o Brasil precisa estabelecer para se tornar mais justo e mais sustentável para todos.

É com otimismo, mas também de forma pragmática, que apresentamos esta **Agenda Inadiável**. Tudo o que nela se apresenta é possível e viável. Se tivéssemos um slogan, ele seria: “dá para fazer”.

Boa leitura!

José Cesar (Zeca) Martins

Derrubando Muros

Agosto, 2022.

**DERRUBANDO
MUROS**

EDUCAÇÃO

Elaboração: Ricardo Henriques, Cristovam Buarque, Tomás Alvim, Fersen Lambranhó e Mendonça Filho

Prepare-se, leitora e leitor. Você não encontrará, neste texto, a repetição dos *slogans* com os quais estamos acostumados em anos eleitorais. O compromisso que queremos estabelecer, a partir deste documento, é direto, com potencial de impacto relevante e mensurável. Pode ser resumido em uma frase: precisamos aumentar a velocidade dos avanços (eles existem), reconhecer os sucessos do passado (eles ocorreram) e chacoalhar o Ministério da Educação, que está capturado pelo horror.

Os últimos 4 anos foram dramáticos para a educação brasileira: escolas fechadas por longo tempo, durante a pandemia, comprometeram o aprendizado de crianças e elevaram a evasão escolar dos jovens. A desigualdade digital ficou escancarada. Para completar, a pandemia ocorreu justamente quando o Ministério da Educação estava aliciado por interesses totalmente dissociados dos valores de educação inclusiva e de cidadania.

O que se apresenta aqui é, portanto, um resgate das conquistas passadas e um recomeço, a partir de 2023, para acelerar os indicadores.

De partida, cumpre apontar a necessidade de engajamento das diversas lideranças políticas, em âmbitos nacional e subnacional, para uma espécie de **Declaração da Década da Educação**.

A complexa relação federativa na educação brasileira, em que municípios, estados e governo federal estão juntos, pode tornar-se mais fluída e baseada em evidências a partir da aprovação do Sistema Nacional de Educação. Há um ótimo projeto em debate na Câmara dos Deputados (o PLP 235/2019, aprovado por unanimidade no Senado, em março), que regulamenta a Constituição e permite ganhos de escala necessários.

O país pode – e deve – acelerar a migração das escolas públicas para o modelo de educação em tempo integral. Este bem-sucedido modelo é resultado de evidências internacionais e regionais (sobretudo, em Pernambuco, no Ceará e no Espírito Santo). A educação em tempo integral é especialmente crítica no Ensino Médio, período que registra taxas desconfortáveis de evasão escolar. A Lei de Reforma do Ensino Médio, de 2017, criou trilhas que aumentam a conexão entre o aprendizado nas escolas e a inclusão produtiva: isso é chave para um país que necessita aumentar a produtividade geral. Jovens desesperançados podem ser estimulados com uma inclusão produtiva bem-realizada. Mudanças curriculares e aumento da carga horária ensinam também um aprimoramento do professor

e professora. A formação dos nossos educadores pode melhorar, especialmente a partir de uma regulação dos cursos de pedagogia que seja mais rigorosa – feita por um Ministério da Educação reconstruído.

O documento que apresentamos aqui reflete otimismo: é possível transformarmos, para melhor, os indicadores de aprendizado no Brasil no curso de dois mandatos. Há experiências muito positivas em cidades e estados nesse sentido.

Nosso mote aqui é direto: dá para fazer.

LIÇÃO DE CASA

Quando a ditadura militar terminou, a inflação estava fora de controle e o país encontrava-se em meio a uma grande crise social. Os indicadores de educação eram assustadores: 21% dos adultos eram analfabetos; mais de um terço (35%) das crianças brasileiras em idade escolar estava fora das escolas. Era rarefeito o debate público, de cima para baixo, sobre educação no país. De modo geral, os governantes estavam mais acostumados a tratar de infraestrutura pesada, de dívida externa, de exportações, etc. do que discutir sobre o analfabetismo, níveis de aprendizado infantil e inclusão produtiva de jovens.

Isso começou a mudar com a redemocratização. O voto verdadeiramente universal somente foi instituído em 1985, desvelando um elemento constitutivo da cidadania, pela primeira vez, no Brasil. Também, naquele período, de baixo para cima, passou a formar-se uma pressão difusa para que a educação fosse encarada como prioritária.

Nos 30 anos seguintes, desde 1988, quando foi promulgada a “Constituição Cidadã”, a taxa de analfabetismo adulto caiu de 21% para menos de 7%. As crianças passaram a ir para as escolas: o percentual de crianças fora das salas de aula caiu de 35% para 5%. Diversas políticas públicas, envolvendo tanto o Ministério da Educação (MEC) quanto políticas de distribuição de renda que associavam benefícios à permanência de crianças nas escolas, conduziram a esses resultados.

O país remodelou, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.¹ No mesmo ano foi instituído o Fundef, depois, aprimorado para Fundeb (em 2005-06).² Em 2017 foi aprovada a Política Nacional de Escolas em Tempo Integral, eixo fundamental e baseado em evidências. No ano seguinte, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada, criando condições mais modernas – especialmente para o Ensino Médio, período escolar em que a evasão é crítica – para a educação brasileira. Mais recentemente, em 2020, diante da omissão do MEC, foi extraordinária a ação de organizações de terceiro setor, movimentos sociais e

1 Cujo primeiro relator foi ninguém menos do que Darcy Ribeiro, a época, senador da República.

2 O Fundef era a sigla para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado por emenda constitucional. Seu substituto, aprimorado à luz dos resultados e evidências, foi o Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

sindicatos de educadores no Congresso Nacional para formular e aprovar o Novo Fundeb, inserido na Constituição.

Políticas crescentemente baseadas em evidências foram praticadas, com associação entre repasses de recursos e cumprimento de metas. A relação federativa se aprofundou nas últimas três décadas.

O país avançou do ponto de vista constitucional e legal, bem como na criação de exames nacionais para construir indicadores e metas. A relação entre o MEC e as secretarias regionais de educação se aprimorou. Assistimos ao surgimento de movimentos sociais focalizados em educação, que auxiliam a produção de políticas públicas e o monitoramento de seus instrumentos.

Negar o passado é uma tática ideológica nefasta, que leva à destruição. Por sua vez, conhecer o relativo sucesso desde 1988 não pode significar lassidão: tivemos, e temos, uma melhora lenta e uma desigualdade duradoura. Houve avanços, porém em uma velocidade muito menor do que seria desejável – e de forma desequilibrada.

DESAFIOS

Dados do IBGE relativos a 2019, ano imediatamente antes da pandemia, apontavam que 6,6% dos indivíduos com 15 anos ou mais não sabiam ler ou escrever. Estávamos atrasados: o Plano Nacional de Educação estipulava que essa taxa deveria ser de 6,5% em 2015 (4 anos antes!), de forma a erradicar o analfabetismo absoluto até 2024. Este percentual, de 6,5% de indivíduos com 15 anos ou mais, representa 11 milhões de pessoas, um volume superior à população de Portugal – país que mudou completamente a sua educação em 20 anos, estando hoje alinhado aos países mais desenvolvidos no campo do ensino.

A assimetria educacional também é grande. Quando se fecha o foco, tomando como parâmetro a renda, observa-se que a escolaridade dos 25% mais ricos é de 13,6 anos, enquanto a do quartil mais pobre é de 10,2 anos. Se o quesito for a cor da pele, verifica-se que 80% das meninas brancas concluem o Ensino Médio, ante 63% das negras; e 71% dos garotos brancos frente a somente 53% dos negros.

A universalização da educação infantil foi uma conquista da redemocratização, mas a permanência das crianças até o final do ciclo continua um desafio importante: são altos os indicadores de evasão escolar, especialmente no Ensino Médio. De acordo com o IBGE, dos 50 milhões de brasileiros que contavam entre 14 e 29 anos de idade, em 2019, um quinto (20,2%, ou 10,1 milhões) não tinha chegado a concluir alguma etapa da Educação Básica. A pandemia agravou esse problema ainda mais.

Comparações com vizinhos são importantes. E uma estatística alarmante se destaca quando se observam os dados do fluxo escolar do Brasil e do Chile: do conjunto de alunos brasileiros que entram no período fundamental, só 84% chegam ao quinto ano do Ensino Fundamental, com defasagem de, no máximo, um ano de estudo. No caso dos chilenos, esse percentual é de 98%. Ao final do Ensino Médio, o drama aumenta: apenas 54% dos que começaram o Fundamental

por aqui chegam até o final do Ensino Médio, com, no máximo, um ano de defasagem. No Chile, a taxa é de 87%.

Em 2020, um cuidadoso trabalho realizado pelo Insper, em parceria com a Fundação Roberto Marinho – a pesquisa “Consequências da Violação do Direito à Educação” – revelou dados desconcertantes. O Brasil fecharia o ano com um total de 575 mil jovens de 16 anos sem concluir a Educação Básica; ao longo da vida de cada um daqueles adolescentes, a perda, em média, alcançaria R\$ 372 mil, o que corresponderia a um desperdício de R\$ 214 bilhões.

Há um agravante na vagarosidade dos avanços que resvala com maior ênfase negativa nas camadas menos favorecidas economicamente (as quais, por sua vez, são constituídas de maioria afrodescendente). Na Educação Básica e na pesquisa, a fronteira não está paralisada: ao contrário, ela cresce. Com isso, nossa defasagem só aumenta.

O Brasil não gasta pouco com educação e é importante ter clareza que, do ponto de vista orçamentário, o principal desafio está em gastar melhor. Os gastos públicos na área passaram de 1,5% para quase 6% do PIB nos últimos 30 anos; a média de gastos com educação dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 4% do PIB. Nosso patamar atual é superior a 120 dos 142 países da OCDE, sem, no entanto, colher resultados esperados.³

Por via de regra, gastamos de forma desproporcional com o Ensino Superior. Ainda que nossos gastos com este, de modo geral, esteja abaixo dos recursos empregados pela média de países da OCDE (gastamos US\$14 mil por aluno, ante US\$16 mil por aluno na média da OCDE), o que salta aos olhos é a desproporção com o ensino básico. Gastamos US\$4 mil por aluno em média no ensino básico. São US\$10 mil a menos, por aluno, entre o ensino básico e o Ensino Superior. Na OCDE, o gasto médio por aluno no ensino básico é de US\$9 mil.

Nosso desafio está em reduzir essa imensa disparidade entre o que gastamos com Ensino Superior e o que gastamos com ensino básico, pois este demanda mais recursos.

No mundo contemporâneo, a Educação Básica passou a ter como prioridade o letramento digital – afora a língua materna, uma língua estrangeira e a matemática. A Estônia já adotou o letramento digital na Educação Básica. No Brasil, com exceção de uma ou outra ilha de excelência regional, continuamos a ignorar esse imperativo. A sociedade atual, mesmo no Brasil, já é digital: a educação não pode continuar analógica.

Ao tomar o exame Pisa⁴ como base, o desempenho na avaliação de leitura dos 25% mais ricos do país escancara que mesmo a “elite educacional” está em defasagem internacional. A média de proficiência se situa na faixa de estudantes que estão entre o quartil inferior e o terceiro quartil, em termos de renda, das nações

3 Os dados são oriundos da pesquisa “Aperfeiçoando o Desenho do Fundeb”, produzida por Ricardo Paes de Barros e por Laura Muller Machado, Insper (2020).

4 Sigla para Programme for International Student Assessment (Pisa), ou Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

da OCDE. Ou seja: os mais ricos do Brasil têm uma performance, em média, semelhante à dos mais pobres da OCDE.

Nossa elite econômica experimenta sua principal mobilidade educacional em âmbito global, sobretudo, a partir do Ensino Superior. Sublinhe-se que as escolas técnicas federais são de excelência – estão mesmo em pé de igualdade com as melhores do mundo – e, dessa forma, aceleram o acesso às universidades, especialmente àquelas de ponta. Assim, as melhores universidades nacionais, as mais bem avaliadas em termos globais, só não têm os seus bancos totalmente ocupados por egressos do ensino privado devido às técnicas e às políticas de cotas.

É devastador constatar como a educação continua a ser encarada como uma área “menos prioritária” do que outras, a despeito dos avanços que tivemos – em políticas públicas e em formação de movimentos e organizações – desde a redemocratização.

A pandemia tornou ainda mais aguda a necessidade de melhorarmos nossos indicadores de educação, em aprendizado e em equidade. A desigualdade das consequências do fechamento das escolas entre 2020 e 2021 levou a um verdadeiro apartheid digital, atingindo em cheio as crianças de territórios vulneráveis e sem conexão com a internet – portanto impossibilitadas de seguir as aulas à distância. Nesse mesmo período, o sinal das operadoras e o relativo conforto doméstico garantiram alguma continuidade de ensino à distância para crianças em residências de classes mais altas.

Por fim, não podemos perder a perspectiva quanto à relevância que a inclusão produtiva tem quando o assunto é educação. Jovens desesperançados entre 14 e 18 anos, no período do Ensino Médio, levam a altos índices de evasão escolar. E aqueles que de fato concluem têm dificuldades de colocação no mercado de trabalho. A inclusão produtiva é justamente a conexão entre o fim do período escolar, representado pelo Ensino Médio, e o começo da vida no mercado de trabalho. A reforma do Ensino Médio, de 2018, permitiu o oferecimento de trilhas para jovens, que podem concluir a Educação Básica seguindo um caminho mais próximo de seus interesses e disposições. Ações decisivas nesta idade auxiliam também a saúde mental de nossos jovens, trazendo maior propósito e autoestima.

COMPROMISSOS

É indiscutível que se deva aumentar a qualidade média do ensino no país para todos. Em outros termos: deve-se investir em massificação com qualidade. É necessário estabelecer uma política educacional, de âmbitos nacional e federativo, que esteja assentada na qualidade que parta da Educação Básica e chegue até a pesquisa, passando pelo Ensino Médio, pela educação técnica orientada para as demandas do futuro e pelo Ensino Superior (em todos os seus eixos, isto é: graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado).

Dá para fazer.

Não tomar essa providência traduzir-se-á na condenação do país ao degredo da sociedade do conhecimento – o que equivale, obviamente, a ficar cada vez

mais distante do desenvolvimento, da produtividade e da economia global. Essa transformação que aqui se propõe leva em conta:

1. O desafio da implementação do Sistema Nacional de Educação (SNE). Um ótimo projeto (PLP 235/109) foi aprovado, por unanimidade, no Senado, em março (no momento, está estacionado na Câmara). O SNE será fundamental para o país. Ele cria condições de atuação harmônica entre as esferas de poder, com práticas estruturadas de governança e deliberação, de maneira a otimizar a oferta das etapas do ensino abarcando desde os mecanismos e financiamento e a organização do transporte até as políticas relacionadas a ações afirmativas.

2. A adoção, pelo setor público, de uma gestão eficiente, eficaz e efetiva, atenta à necessidade de um ritmo veloz sem perda de qualidade e de uma cobertura que supere as desigualdades. Dito de outro modo: que combine excelência e equidade. Isso, em um sistema de financiamento global que estabeleça coerência desde a Educação Infantil até a pós-graduação, com monitoramento de impactos e de resultados. Falar em “gestão eficiente”, significa: a) comprometer-se com metas e resultados; b) seguir os parâmetros da Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar, aprovada pelo CNE para orientar a formação inicial e continuada dos profissionais (gestores); e, c) estabelecer processos contínuos de monitoramento e avaliação que propiciem agilidade a cada escola de forma alinhada ao sistema (rede) de ensino.

3. A atenção, por parte do MEC, às funções reguladoras, coordenando o sistema e estabelecendo bons instrumentos de monitoramento e avaliação, de modo a ser ele o verdadeiro guardião da qualidade da educação. O MEC, não temos dúvida, precisará ser reconstruído a partir de 2023. Nesse processo, caberá ao Ministério papel fundamental em algo rigorosamente inadiável: a implementação de uma política estruturada de primeira infância, de caráter intersetorial – com participação das áreas da saúde e da assistência social – e norteadas por experiências locais exitosas. Não menos incontornável é a estruturação de uma política nacional de alfabetização, articulando as ações de estados e municípios. A iniciativa deve ainda retomar a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), ferramenta-chave para a consolidação dos objetivos de tal política nacional. O MEC deve cuidar ainda do aprofundamento da estratégia de ensino em tempo integral (**tema retomado no item 6**), com aumento planejado e gradual da oferta em todas as redes de educação. O princípio é este: em vez de “ilhas de excelência”, aqui e ali pelo país, devemos orientar o ensino brasileiro para resultados positivos em todo o território nacional.

4. O foco, também a partir do MEC, na qualidade da formação de professores nas licenciaturas e pedagogias – diretamente nas universidades federais e indiretamente na definição de parâmetros da mesma natureza nas faculdades estaduais e privadas. A educação se faz no contato direto entre alunos e alunas com seus professores e professoras. Isso vale para primeira

infância, mas também para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. Se a variável externa que melhor explica a escolaridade de uma pessoa é exatamente a escolaridade da mãe, no plano interno, isso se revela pela qualidade do professor – de sua capacidade técnica de transmitir conhecimento. O ensino de pedagogia à distância precisa ser melhor regulado e monitorado: como ensinar remotamente profissionais cuja prática central se dá de forma presencial? Ademais, o estabelecimento de planos de carreira que estimulem o professor do ensino básico e fundamental a se aprimorar poderia promover o “redescobrimto” da profissão por parte de jovens talentosos.

5. O cuidado com as diretrizes de uma extraordinária conquista: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Aqui, a questão não é tão somente de “competências curriculares”, no sentido de conteúdos em termos de disciplinas, como também de “competências socioemocionais” e “socioambientais” (presentes no rol de dez “competências gerais” da Educação Básica previstas na BNCC). O engenho e a arte de combinar todas elas. Desnecessário lembrar que, após a pandemia de Covid-19, impõe-se a necessidade de estratégias urgentes e intensas para a recomposição da aprendizagem comprometida. Nesse caminho, há de se considerar a coerência interna da própria abordagem de ensino, com alinhamento entre BNCC, PNLD, sistemas de avaliação externa e formação continuada de professores.

6. O reforço à política nacional de escolas em tempo integral, implantada a partir de 2017, com a Lei de Reforma do Ensino Médio. As evidências regionais (notadamente em Pernambuco e no Ceará) e internacionais indicam a necessidade de nacionalizar as escolas em tempo integral. O objetivo – inscrito no Plano Nacional de Educação – de chegar, em 2024, com 50% das escolas públicas e 25% dos estudantes em tempo integral é desafiador, mas possível. Dados do Instituto Sonho Grande mostram um resultado espetacular: o percentual de escolas em tempo integral no Ensino Médio subiu de 8,2%, em 2016 (antes da reforma), para 21,9%, em 2021; o percentual de matrículas nessa carga horária saiu de 5,2% para 14,9% no mesmo período. As evidências mostram que escolas que migraram do modelo ultrapassado de Ensino Médio regular para o modelo integral, de 2017 a 2019, cresceram quase o dobro no Ideb em comparação com as que permaneceram com menos horas de atividades para os jovens. Agora, uma em cada cinco escolas públicas de Ensino Médio no Brasil é integral, beneficiando quase um milhão de estudantes.

7. A inclusão produtiva merece ganhar foco maior da sociedade e dos agentes públicos. Tal como a primeira infância de qualidade sedimenta cidadãos do futuro, a melhora da inclusão produtiva permite avanços reais para o país já no curto prazo. Um completo redesenho da Lei de Aprendizagem, à luz de experiências do Reino Unido, faz-se necessário: as empresas se beneficiariam de jovens interessados e melhor preparados; os jovens ganhariam com uma entrada mais segura no mercado de trabalho – e o Brasil, claro, também. Nesse sentido, ganha relevo uma política estruturada de educação

técnica e profissional. Enquanto o Ensino Superior continuar a ser o principal meio de formação profissional, e não tivermos como assegurar a todos o ingresso nele, não é justo deixar que milhões de jovens saiam do curso médio sem qualquer alternativa para seu futuro no mercado de trabalho.

A reforma da educação é fundamental. Melhorar a educação promove impactos imediatos, como maior conforto na vida de pais e mães, além de melhorias nos indicadores de segurança. Melhorar a educação é central para um futuro de cidadania plena: melhores empregos, conforto de vida.

A ideia que aqui apresentamos é no sentido de que os governantes, em âmbito de Executivo, que serão eleitos em 2022 assinassem, com os atuais mandatários municipais, uma espécie de Declaração da Década da Educação, de modo que, entre 2023 e 2033, a prioridade seja inserir o Brasil, de modo efetivo e permanente, na sociedade mundial do conhecimento. A palavra-chave é “inclusão”: sem uma melhora mais rápida para todos e todas, não há como colher cidadania em um futuro próximo.

Já vimos grandes saltos em aprendizagem na Educação Básica, no Ensino Médio e no Ensino Superior, técnico ou acadêmico, em ilhas de excelência regionais. No curso de dois mandatos, é plenamente possível colher melhorias visíveis, de impacto relevante, medidas por critérios objetivos. Não devemos, no entanto, aceitar conquistas “aqui e ali”: elas precisam – e podem! – ser nacionais.

Dá para fazer.

SAÚDE

Elaboração: Pedro Hallal, Eduardo Jorge,
Robson Capasso e Miguel Lago

Vencer um teste de estresse não é fácil. O sistema de saúde pública no Brasil encarou o maior teste possível – uma pandemia a partir de um vírus de contágio muito veloz – e conseguiu entregar uma das mais rápidas taxas de vacinação do mundo.

Este é um ponto de partida muito importante: o Sistema Único de Saúde (SUS) está instalado em um dos maiores territórios do planeta e, mesmo assim, foi capaz de distribuir, aplicar e monitorar centenas de milhões de vacinas. Mais: o SUS conseguiu tal feito mesmo sob intensa sabotagem, política e administrativa, comandada pelo governo federal, que tentou, de todas as formas, atrasar e atrapalhar a vacinação.

Este reconhecimento de sucesso do SUS em meio a uma pandemia e a um governo negacionista deve, também, vir acompanhado do foco em suas limitações atuais. Estas vão desde questões orçamentárias até a própria organização do sistema, passando pela falta de digitalização e de modernização de procedimentos relativamente simples.

O SUS pode – e deve – ser mais regionalizado, chegando em comunidades hoje desassistidas parcial ou totalmente. O sistema precisa aproveitar-se da crescente digitalização, tanto em processos internos quanto em atendimento direto ao paciente. A relação federativa deve ser aprimorada a partir da reconstrução do Ministério da Saúde e da retomada dos fóruns permanentes que incluem secretários municipais e estaduais de saúde. A atenção básica, preventiva, tem de ser prioritária. A redução das disparidades regionais, tanto em recursos humanos quanto em insumos, deve ser um objetivo claro na mente de todos que se envolverem com as mudanças que propomos.

A demanda por saúde (serviços, exames, equipamentos, consultas) aumentará dramaticamente a partir de agora. Dois anos consecutivos de pandemia tornaram a população menos disposta a fazer exames de rotina, para além das dificuldades de saúde mental inerentes a esse duro período. Ao mesmo tempo, o fim do bônus demográfico brasileiro indica envelhecimento populacional a frente, com consequências diretas sobre a demanda que haverá por serviços e equipamentos de saúde. A hora para uma reforma positiva sobre o SUS, de aprimoramento do que funciona e de atualização do que ficou obsoleto, é agora.

LIÇÃO DE CASA

O quadro sanitário brasileiro era de descalabro quando a ditadura militar terminou. Apenas quem tinha carteira assinada poderia receber atendimento em hospitais públicos. E estes estavam principalmente concentrados nos grandes centros urbanos: milhões de homens e mulheres, sem emprego formal, ou vivendo no interior, estavam completamente fora do sistema de saúde.

Foi com a democracia, com a luta de médicos sanitaristas, que a situação brasileira começou a mudar.

De baixo para cima, com as conferências regionais de saúde a partir do final dos anos de 1970, começou a formar-se um consenso básico sobre a necessidade de se cuidar da população a partir de um sistema único. Em 1982, os governadores voltaram a ser democraticamente eleitos e, já em 1983, o governo de São Paulo introduziu a primeira política pública para atendimento e cuidado para pacientes com Aids, doença que acabara de ser diagnosticada no mundo.⁵ Em 1986, a Conferência Nacional de Saúde reuniu milhares de delegados, vindos de todos os estados. Foi a partir dela que se aprovou uma proposta de reforma sanitária ampla, encaminhada no ano seguinte ao Congresso Nacional. Em 1988, a Constituição foi promulgada, elevando os municípios a entes federativos e criando o SUS, tirado do papel 2 anos depois, com as leis que regulamentaram os artigos 196 e 200 da Carta.

Desde então, diferentes ministros, secretários estaduais e municipais têm colocado de pé o SUS. No meio do caminho entre o começo (1988) e o presente (2022) é digno notar a Emenda Constitucional 29/2000, que criou um orçamento mínimo obrigatório, vinculado às três esferas de governo, para financiamento do sistema.

De modo geral, o SUS está assentado em “sete pernas”, que podem ser resumidas da seguinte maneira:

1. COBERTURA UNIVERSAL: 100% da população têm direito ao acesso ao SUS. Não é um sistema corporativo ou privado. É uma política pública de caráter universal. Este é o coração e objetivo máximo da reforma.

2. ATENÇÃO INTEGRAL: o serviço deve prever promoção, prevenção, atenção e reabilitação de forma igualitária.

3. DESCENTRALIZAÇÃO: o sistema é nacional. Não é federal, estadual ou municipal. Os três níveis têm responsabilidades solidárias e devem dividir e coordenar as tarefas, funcionando como um verdadeiro pacto federativo.

5 Para conhecer mais sobre essa incrível história de “empreendedorismo sanitário”, com foco em política pública ativa, vale ler este artigo: “Empreendedorismo institucional na emergência do campo de políticas públicas em HIV/AIDS no Brasil”, de Patrícia Maria Emerenciano de Mendonça, Mario Aquino Alves e Luiz Claudio Campos: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/nVPpWTLyfc9HDXBrdVDLQTx/?lang=pt>

4. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE: conselhos de cidadãos e entidades foram criados para acompanhar as atividades do SUS.

5. FINANCIAMENTO: é público e garantido por recursos dos três níveis de governo.

6. EXECUÇÃO: a prestação de serviços é realizada pelo trabalho conjunto de entes públicos, mas também por organizações privadas, sejam elas filantrópicas ou com fins lucrativos, sob orientação da autoridade sanitária.

7. EQUIDADE: como princípio, o SUS não deveria diferenciar um paciente que busca apoio médico no Amazonas ou no Rio Grande do Sul. Onde estiver, no Brasil, a pessoa deveria receber um atendimento semelhante – tanto em recursos humanos quanto em insumos. Este ponto é crescentemente importante, dadas as imensas disparidades de renda (intraestados e intracidades) regionais.

A reforma promovida pelo sistema nesses 30 anos de democracia no Brasil promoveu melhorias indiscutíveis, que podem ser verificadas por meio dos indicadores epidemiológicos e de serviços. O SUS é referência mundial em prevenção (com o melhor programa de vacinação do planeta), em atenção básica (com a Estratégia de Saúde da Família) e, também, em procedimentos complexos (como nos transplantes e no tratamento de câncer e Aids).

Importante reconhecer que, na “guerra orçamentária” por recursos escassos nos Parlamentos brasileiros, o SUS atual fez todo seu reconhecido trabalho com apenas R\$3,00 por pessoa/dia, média de R\$1 mil (cerca de US\$200) por pessoa/ano. Como referência, a média dos países da OCDE é de US\$4 mil por pessoa/ano. É necessário dizer: o Brasil, por meio do SUS, faz a bíblica multiplicação dos pães e dos peixes em cada dia de sua existência.

DESAFIOS

Os avanços foram relevantes desde a Constituição. Há, no entanto, outro fato inegável sobre o sistema: suas deficiências.

Com a mudança de perfil populacional nessas três décadas e o aumento da prevalência e do impacto das doenças não transmissíveis na saúde do brasileiro, é preciso que o sistema se atualize. É urgente a incorporação de incentivos e ferramentas tecnológicas que auxiliem na promoção de um estilo de vida mais saudável, com implicações diretas na dieta recomendada, na promoção de atividades físicas regulares e de amplo acesso e no uso correto das medicações disponíveis.

A atual situação do SUS dá razão aos seus usuários que pedem melhorias no sistema. Eles têm conhecimento de que este é um direito de todos, previsto na Constituição. Há um nó, todavia, a ser desatado: com a já referida mudança demográfica, deu-se o aumento significativo no volume e nos custos dos tratamentos voltados à ampla melhoria da qualidade de vida, assim, existe ambiente

para discutir quais são os limites do SUS e quais são os impactos individuais e coletivos provocados por ele? Entendemos que sim.

É preciso reforçar uma ideia: para além da atenção primária, há um déficit na quantidade e na qualidade de clínicas, hospitais e profissionais que oferecem os cuidados secundários para que eles sejam efetivamente prestados.

Devemos focar, cada vez mais, os resultados produzidos pelo sistema ao paciente: que levem em conta e reconheçam a efetividade e premiem as melhores instituições e seus serviços prestados. O SUS tem de ser mais digital do que é hoje; menos desigual do que é; mais regionalizado. A reconstrução do Ministério da Saúde será fundamental para liderar mudanças positivas, em parceria direta com os entes subnacionais, respeitando a característica intrínseca ao SUS: as relações permanentes e frequentes entre União, estados e municípios no trato da saúde pública.

COMPROMISSOS

Com o diagnóstico da atual situação do SUS e a noção de que a melhora do sistema é, além de desejada e cobrada pela população brasileira, uma necessidade urgente e inadiável, para tanto, sendo preciso encarar o desafio com soluções concretas, possíveis, mensuráveis e escaláveis. É isso que propomos aqui:

1. FORTALECER O FINANCIAMENTO TRIPARTITE

Manter o arranjo de solidariedade de financiamento entre os três níveis de governo que foi reforçado a partir da EC 29/2000. Embora seja uma solução heterodoxa do ponto de vista orçamentário, a ordem de grandeza da tarefa de manter o SUS em funcionamento não permite que essa determinação constitucional seja deixada de lado. A necessidade de assegurar recursos de curto e médio prazo para o SUS, por meio do financiamento proporcionado pelas três instâncias, precisa continuar nos dispositivos constitucionais. Para efeito de comparação, no início do SUS, a dotação era 55% de responsabilidade do orçamento da União. Atualmente, ela está em 45%. A sugestão para a melhoria do arranjo é uma composição feita com 50% de recursos federais, com a metade restante compartilhada entre estados e municípios.

2. TORNAR O SUS MAIS REGIONAL

Nesses 30 anos, o principal vetor que conduziu o sistema foi a municipalização. Nos anos de 1990, a existência de sistemas municipais de saúde era rara, a despeito de esta ser uma demanda social. Isso, contudo, mudou: hoje, o SUS está implantado em 100% das 5.500 cidades brasileiras. Acreditar que cada município seria capaz de assumir uma prestação de serviços tão complexa foi uma empreitada épica, pioneira e bem-sucedida do SUS. Mas nosso momento agora é outro. É preciso regionalizar os serviços do nosso sistema, de maneira que eles sejam prestados por todo território nacional tão igualmente quanto possível. A execução partiria da divisão espacial em 400 regiões de saúde, que reúnam serviços de promoção, prevenção, atenção

básica, urgência/emergência, especialidades e estruturas de diagnóstico, recursos hospitalares (inclusive UTIs) e serviços de recuperação, reabilitação e cuidados paliativos. Pelo princípio da igualdade, a prestação de serviços no SUS deve ser semelhante em todas as regiões. Para gerir o sistema regionalizado é preciso reunião dos três níveis de governo, em um modelo tripartite: um representante federal, outro estadual e um terceiro que seja indicado pelos municípios, assim, reunidos em cada uma das regiões. Uma maneira de conduzir essa mudança é concentrar a prestação de serviços e procedimentos mais complexos em cidades maiores. Para isso, é necessária regulação adequada nos níveis estadual e federal. É fundamental a criação de centros de excelência regionais, com medidas efetivas de controle de qualidade, prioridade para procedimentos de média e alta complexidades e melhoria no processo de encaminhamento e continuidade dos tratamentos. Sempre, será necessária a articulação com as equipes de atenção básica de referência.

3. REFORÇO NA ATENÇÃO BÁSICA

Ela é o alicerce da atenção integral e condição para humanização do atendimento. Sua força vem do reconhecimento mútuo: os pacientes conhecem os profissionais de saúde que os atendem, assim como os últimos conhecem os primeiros. Ela é essencial na racionalidade orçamentária para atender ao sistema. As equipes da estratégia da saúde da família continuam sob responsabilidade municipal, com a ajuda financeira estadual e federal. A novidade seria a criação de uma carreira nacional de médicos e enfermeiras da família para garantir – se necessário com salários mais competitivos, estrutura de apoio e telemedicina – a cobertura permanente e correta das regiões mais pobres, áreas indígenas e de difícil acesso no país. Com 10 mil equipes formadas para exercer esta carreira, podemos garantir o atendimento de 30 milhões de brasileiros. Isso exige uma cooperação ainda não pactuada entre os Ministérios da Saúde e da Educação, que dê prioridade máxima à formação de profissionais desta nova carreira.

4. EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Sem um trabalho concreto de integração e ajuda intersetorial de outras políticas públicas (transporte, agricultura, segurança, meio ambiente, etc.), o SUS nunca terá um orçamento sustentável. São diversas as frentes a serem atacadas em assuntos essenciais à saúde da população: poluição do ar, emergências climáticas, acidentes de trânsito e com armas de fogo, acesso desregulamentado às drogas psicoativas, deficiências dietéticas, ausência de saneamento básico universal e degradação do meio ambiente são algumas delas. Sem uma abordagem interdisciplinar que dê conta desses desafios, o SUS continuará sendo o Sistema Único da Doença, sempre correndo atrás do tratamento antes de promover saúde e bem-estar.

5. MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS IDOSOS

Talvez se trate do grande problema mantido em silêncio em nosso sistema de saúde. A necessidade premente de maiores jornadas de trabalho para

garantir renda, a diminuição de nossa taxa de natalidade e a soma do envelhecimento precoce e em condições precárias de saúde (com uma quantidade cada vez maior de obesos e portadores de doenças crônicas) têm impacto severo e global no SUS. Os serviços preventivos de saúde para idosos, com especial atenção para estratégias eficientes de cuidados geriátricos para a população de baixa renda, são cruciais para garantir dias melhores a essa faixa etária da população.

6. ADOÇÃO MACIÇA DA TECNOLOGIA NA SAÚDE

Com a universalização de smartphones e dispositivos vestíveis (como relógios e pulseiras inteligentes), uma política de adoção de soluções tecnológicas e infraestrutura de dados para definição de cuidados preventivos e individualizados para as necessidades específicas de cada fatia demográfica dos usuários do SUS é possível de ser implementada. Apoiando-se em diretrizes firmes, como transparência, privacidade, e coleta de dados feita de maneira adequada, poderemo-nos beneficiar efetivamente do projeto de Lei n.º 3.814/2020⁶, que unifica os dados dos usuários do SUS e dos sistemas privados de saúde suplementar.

7. AGREGAR AS COMPETÊNCIAS DAS EMPRESAS PRIVADAS E DA ACADEMIA

É preciso que o SUS esteja em situação de cooperação total com as entidades de assistência privada e as instituições de ensino e pesquisa, sejam elas particulares ou públicas. O modelo deve ser o de promoção da transparência nas relações. A regulação dos planos de saúde privados e a sua melhor integração com o SUS é um movimento necessário, inclusive, para racionalizar os custos nacionais com saúde.

8. PRODUÇÃO LOCAL DE INSUMOS DA SAÚDE E MELHORIA CONTÍNUA DA ANVISA

Aumentar e integrar a produção e a pesquisa nacionais e estabelecer mais canais de cooperação com entes globais, que promovam a integração das cadeias produtivas mundiais de saúde. Melhoria nos mecanismos internos de regulação e apoio à governança mundial da saúde via OMS/ONU.

9. ENCARAR A COVID-19 COMO UMA PATOLOGIA QUE PERMANECERÁ

Os impactos da doença causada pelo novo coronavírus estão muito longe de serem resolvidos com o fim da situação pandêmica. Eles permanecerão por tempo ainda não determinado e os cuidados para mitigar as sequelas de quem já sofreu da doença serão uma realidade perene em nosso sistema de saúde.

6 Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/18/aprovada-criacao-de-plataforma-para-unificar-dados-do-sus-e-da-rede-privada?utm_medium=share-button&utm_source=whatsapp. Acesso em: 01/07/2022.

10. O CARTÃO SUS PODE FUNCIONAR COMO UM “PASSAPORTE DIGITAL DA SAÚDE”

O prontuário médico deve ser digital, com compartilhamento restrito e técnico: não faz sentido que um paciente tenha de refazer exames e outros procedimentos caso seu tratamento migre de um hospital para outro. O cartão SUS, que todo e qualquer usuário de serviços do sistema carrega, não precisa ser físico: todo o relacionamento de uma pessoa com o sistema de saúde deve ser digitalizado e integrado. O histórico de vacinação, consultas, exames e tratamentos deve ser pleno, respeitado o direito ao sigilo do paciente. Este “passaporte da saúde” tornará o sistema mais ágil tanto para quem usa – o paciente – quanto para quem opera.

SEGURANÇA PÚBLICA

Elaboração: Ilona Szabó, Melina Risso e Joana Monteiro

O Brasil é um país muito violento. Você, que lê este documento, sabe disso: já foi vítima de alguma violência ou conhece algum familiar ou amigo que já tenha sofrido. Mais de um milhão de roubos são registrados anualmente; pelo menos 40 mil pessoas são assassinadas por ano no país, todos os anos; a violência contra mulher persiste de forma assustadora e as nossas polícias estão entre as que mais matam no mundo.⁷ Portanto, não é surpresa que o assunto figure entre as principais preocupações dos brasileiros.

Apesar disso, a segurança pública tem sido historicamente negligenciada. Este texto é direto: busca construir uma agenda que leve à redução e ao combate ao crime violento, ao crime ambiental e às organizações criminosas. Isso envolve o fortalecimento das instituições de aplicação da lei, que também devem passar por aumento da transparência em suas ações e processos. Por fim, a recomposição da capacidade estatal na regulação da ordem social é necessária.

DESAFIOS

O direito à segurança consta no artigo 5 da Constituição Federal, mas pouco avançamos em sua concretização. O próprio texto constitucional, em seu artigo 144, restringe a operacionalização da segurança às polícias. Com interpretação estreita, as respostas do Estado são voltadas ao problema que já aconteceu. Isso é insuficiente, contudo, para resolver a violência e combater o crime. A taxa de esclarecimento de crimes, por exemplo, é baixíssima, o que torna o Brasil o país da impunidade.

No entanto não se trata de uma impunidade generalizada: em um país tão desigual, uma parcela da população – pobre e negra, sofre muito mais. A chance de uma pessoa negra ser vítima de homicídio é 2,6 vezes maior do que a de uma pessoa não negra. Mais de 66% da população penitenciária são negros ou pardos e 29,5% são de presos provisórios, isto é, de pessoas que ainda não foram

⁷ É importante ressaltar que o número de homicídios no Brasil vem caindo desde 2018, com diferenças significativas entre os estados. No entanto as taxas por 100 mil habitantes continuam muito elevadas e o Brasil figura entre os países mais violentos do mundo.

julgadas, sem mencionar o número inaceitável de pessoas mortas pela polícia todos os anos, que gira ao redor de seis mil.

A característica da resposta brasileira para a violência é reativa, pouco inteligente e, além disso, muito cara.

O direito à segurança que nos assegura a Constituição requer um conjunto de políticas públicas que torne a repressão mais inteligente, eficiente e racional, bem como que atue sobre as causas da violência e sobre os fatores de risco, isto é, todos os aspectos que aumentem a probabilidade de uma situação de violência acontecer. Assim como todo fenômeno complexo, as causas e os fatores de risco são múltiplos: situação econômica, baixa escolarização, poucas habilidades socio-emocionais, exposição à violência, baixa iluminação pública e pobre desenho do espaço urbano. Acesso fácil a armas de fogo, ao álcool e a drogas também tem implicações profundas na segurança.

A articulação de um conjunto de políticas de diferentes setores que priorizem os públicos, os comportamentos e os territórios mais afetados pela violência, também conhecido como **política de prevenção da violência**, é a grande ausência na política de segurança pública. E não é de hoje.

A violência urbana, bem como frequentes crises em presídios, motins policiais que reduzem o patrulhamento e os crimes políticos (como a execução da vereadora carioca Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, em 2018) são amplificados pelos meios de comunicação tradicionais e pelas redes sociais.

A manipulação do medo e a espetacularização da violência são fenômenos fartamente explorados tanto no campo da comunicação como no campo político – e são um perigo. Medo e desconhecimento são o caldo perfeito para a proliferação de propostas simplistas e arbitrárias que nada contribuem para a segurança de fato.⁸

Associado a isso, não se pode ignorar o abandono histórico dessa agenda, a incapacidade dos diferentes governos em implementar políticas públicas eficazes e a tendência autoritária da população brasileira.⁹

Muito pouco foi feito pelo governo federal desde janeiro de 2019 para reverter o quadro de violência, mas a relevância dessa agenda ganhou novas dimensões. A discussão de segurança pública nas eleições de 2022 deve incorporar as implicações da politização das instituições de aplicação da lei e as consequências do desmonte da capacidade do Estado em definir e controlar o cumprimento de regras de funcionamento da sociedade, o que incluiu um forte desmantelamento da regulação de acesso a armas de fogo.

O alto grau de ingerência das autoridades políticas nas instituições responsáveis pela aplicação da lei e a politização delas, ao longo dos últimos 3 anos,

8 Para saber mais sobre o que funciona na segurança pública: SZABÓ, Ilona; RISSO, Melina. Segurança pública para virar o jogo. São Paulo Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

9 Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Relatório... 2017. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/10/FBSP_indice_propensao_apoio_posicoes_autoritarios_2017_relatorio.pdf. Acesso em: 01/07/2022.

escancararam o quão perigoso é, para a democracia, o descaso histórico que temos com essas instituições. Para além do aumento da eficiência, o fortalecimento institucional e a criação de salvaguardas que impeçam o uso político sem com isso permitir sua autonomização, isto é, que se tornem instituições insulares e sem controle, são fundamentais.

É preciso recuperar a capacidade do Estado de regulação e fiscalização de diferentes comportamentos. Uma das principais funções do Estado é estabelecer regras comuns para o bom funcionamento da sociedade e determinar limites claros para uma sociabilidade saudável. As regras de trânsito são um bom exemplo desse mecanismo.¹⁰

Os instrumentos para garantir a segurança vão muito além da justiça criminal e da noção de punição. Porém, desde 2019, diversos instrumentos foram alterados ou extintos (como, por exemplo, decretos e portarias que permitiam à Polícia Federal e ao Exército controlarem as armas de fogo em circulação; e as regras que permitiam aos fiscais do Ibama autuar aqueles que descumprissem a legislação ambiental). Sob o pretexto da “desburocratização”, essas medidas têm consequências desastrosas para a regulação do comportamento; promoção da sociabilidade e redução dos conflitos violentos.

COMPROMISSOS

Entendemos, aqui, que a agenda de segurança pública para o período que começará em 2023 deve conter três eixos:

1. Redução e combate ao crime violento, ao crime ambiental e às organizações criminosas.
2. Fortalecimento e aumento da transparência e do controle das instituições de aplicação da lei.
3. Recomposição da capacidade estatal na regulação da ordem social.

Precisamos estabelecer entre nós, na sociedade brasileira, e nossos governantes e as forças de segurança um compromisso real nessas três frentes.

1. PREVENÇÃO, REDUÇÃO E COMBATE AO CRIME VIOLENTO E ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

10 Nelas são estabelecidos os limites de velocidade nas diferentes vias do país, as regras de segurança, tais como a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança e o uso de cadeirinha por crianças, os conhecimentos necessários para se obter a habilitação e testes para comprová-los, além das sanções para os que não cumprirem as regras. Esses instrumentos não criminais, muitas vezes, são mais efetivos, mais justos e mais econômicos e podem desempenhar um papel fundamental na segurança pública, porque agem incentivando e desestimulando comportamentos.

Dados:

- Criar um instituto de estatísticas e pesquisas aplicadas dedicado à segurança pública, nos moldes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), para sistematizar e dar transparência a dados, produzir conhecimento e monitorar políticas públicas de segurança em todo o país.
- Melhorar o registro, georreferenciamento, gestão, compartilhamento, e transparência dos dados da segurança pública nos estados e no plano federal.

Polícias:

- Reorientar a atuação policial para o combate de crimes violentos e da criminalidade organizada e transnacional e não do microtraficante.
- Fomentar a priorização pelas polícias militares estaduais do policiamento de manchas criminais e o controle de sua operação, usando recursos tecnológicos analíticos e operacionais integrados, que incluem o uso de GPS, câmeras de vídeo, entre outros.
- Investir na capacidade de investigação criminal das polícias civis e nas perícias.
- Fortalecer a investigação de desvio de armas.
- Melhorar o controle do material bélico das forças de segurança pública.
- Fomentar a criação de programas integrados de metas entre as polícias Militar e Civil, a partir de áreas integradas de segurança pública (Aisp).
- Criar um sistema de atendimento de emergência e pronta-resposta com profissionais não policiais.
- Investir em programas de valorização das polícias, incluindo a melhoria das condições de trabalho, regras claras de promoção e alocação em cargos de chefia e os cuidados com a saúde mental.
- No Brasil, há duas polícias que dividem o trabalho de patrulhamento ostensivo e investigação, mas nenhuma (PM ou PC) exerce o chamado ciclo completo, que seria trabalhar na prevenção e elucidação de um crime. É fundamental ter métodos de gestão que facilitem a cooperação policial. Exemplo disso são os sistemas de gestão para resultado, especialmente aqueles liderados pessoalmente pelos chefes do Executivo.

Presídios:

- Fortalecer a gestão do sistema prisional para enfrentar o problema do domínio de facções nos presídios, incluindo o uso de bloqueadores de celular, videomonitoramento, regulação das visitas, visitas gravadas para presos de alta periculosidade, entre outras medidas.
- Promover a adoção e o cumprimento de penas e medidas alternativas à prisão.
- Investir na infraestrutura de presídios, proporcionar trabalho e estudo para presos e egressos, além de outros programas para diminuição da reincidência.
- Fortalecer o sistema de medidas socioeducativas para oferecer oportunidades reais de reabilitação e ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.
- Aumentar as vagas no sistema penitenciário em consonância com a Lei de Execução Penal, garantindo alternativas de estudo e trabalho para os presos.
- Reparar falhas de gestão no sistema penitenciário que ferem a Lei de Execução Penal, incluindo a separação física dos presos provisórios daqueles permanentes, e a separação dos presos condenados de acordo com a gravidade do crime.
- Criar a carreira de agente correcional para acompanhar medidas cautelares, saídas e egressos dos sistemas prisional e socioeducativo.
- Regularizar o acesso à água potável nas unidades prisionais e viabilizar a implementação de cozinhas industriais, com capacitação dos apenados.

Prevenção:

- Fomentar a participação proativa dos municípios na segurança, para além das guardas municipais – que devem orientar suas ações para a mediação de conflitos sociais. Os municípios devem criar programas que reduzam os fatores de risco à violência gerando oportunidades para os públicos mais vulneráveis.
- Basear as estratégias e intervenções em evidências, como os recursos são limitados, concentrá-los em programas que já tenham apresentado sucesso demonstrado por dados e análises rigorosos.
- Conectar as escolas à rede de proteção social dos municípios para melhorar o atendimento integral às famílias mais vulneráveis.
- Promover serviços sociais e políticas de prevenção em comunidades mais afetadas pela violência:

- Treinar professores, agentes de saúde e assistentes sociais em metodologias de mediação de conflitos, fortalecimento de habilidades parentais e detecção precoce de doenças mentais e dependência química, para encaminhamento aos serviços públicos especializados.
- Garantir a efetividade da Lei Maria da Penha (violência doméstica), da Lei do Feminicídio, da Lei n.º 13.431/2017 (que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência) e do princípio da organização de atendimento público especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica no SUS (Lei n.º 13.427).
- Criar condições de trabalho para mães e pais de crianças até 12 anos, incluindo jornadas flexíveis, trabalho à distância, entre outras. Governos, setor privado e sociedade precisam participar dessas mudanças.
- Destinar orçamento público adequado às políticas e aos programas que previnem e reduzem a violência de gênero e garantem às mulheres e meninas acesso à educação de qualidade, profissionalização e emprego decente em igualdade de condições.
- Fortalecer as capacidades institucionais dos municípios para execução e acompanhamento das medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade.
- Criar espaços seguros de convivência comunitária e promover o planejamento territorial urbano com foco em recuperação, ocupação, ordenamento e revitalização de espaços degradados e nas áreas mais afetadas pela violência.
- Reduzir fatores de risco territoriais em lugares com alto índice de violência, incluindo melhoria da iluminação pública, estabelecimento de limite de horários para funcionamento de bares, fiscalização de estabelecimentos irregulares, entre outras medidas.

2. FORTALECIMENTO E AUMENTO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DAS INSTITUIÇÕES

- Aprovar leis orgânicas das polícias civil, militar e federal com ênfase na profissionalização das polícias, adoção de princípios de transparência, estabelecimento de parâmetros de controle da atividade policial, estabelecimento de protocolos operacionais padrão e controle do uso da força.
- Melhorar o controle interno e externo das polícias pelas corregedorias das instituições e pelos Ministérios Públicos, em especial para combater a corrupção dos agentes de segurança pública e as mortes decorrentes

de ação policial.

- Criação de legislação sobre uso da força pelas polícias.
- Treinamento continuado das polícias, com padronização de procedimentos de abordagem, investigação, coleta de dados e emprego da força.
- Estabelecer critérios para participação de profissionais da segurança pública e justiça criminal no processo político eleitoral sem comprometer a característica primordial das carreiras típicas de Estado, com isso, evitando a politização das instituições.
- Criar metas e indicadores de desempenho para o MP com foco na apresentação de denúncias e controle das polícias, com política de transparência de dados e divulgação para a sociedade.
- Estabelecer mecanismos de verificação de operações financeiras atípicas em nome de operadores do sistema de justiça criminal e segurança pública (policiais, agentes penitenciários, juízes e promotores sob investigação de crimes ou atos de improbidade) com o objetivo de verificar eventual enriquecimento ilícito ou evolução patrimonial incompatível com os rendimentos declarados.
- Criação e/ou fortalecimento das ouvidorias de polícia.
- Produzir informações sistematizadas e relatórios periódicos de atividades, com apresentação de dados sobre o perfil, distribuição geográfica e encaminhamento das denúncias recebidas pelas ouvidorias, considerações sobre prestação de serviço e atendimento pelos agentes públicos.

3. RECOMPOSIÇÃO DA CAPACIDADE ESTATAL NA REGULAÇÃO DA ORDEM SOCIAL

- Restabelecer discricionariedade das autoridades responsáveis pela concessão de autorização de compra de armas com base nos critérios de efetiva necessidade, limites racionais para a quantidade de armas e munições, bem como potência das armas que podem ser adquiridas por pessoas e a restrição do transporte de armas muniçadas e prontas para utilização por atiradores.
- Criar uma agência para o controle e a fiscalização das armas de fogo em circulação, aperfeiçoando as regras e obrigatoriedade de marcação de armas e munições e meios de fiscalização de lojas, clubes de tiro e caça, empresas de segurança privada e indústria, além dos arsenais nas mãos de pessoas físicas.
- Fomentar a criação de sistemas estaduais de rastreamento das armas

apreendidas e a integração desses sistemas com o Sistema Nacional de Controle de Armas (Sinarm).

- Avançar na discussão sobre a regulação da maconha para uso adulto no Brasil, incluindo controle de propaganda, locais de consumo, modalidades de venda e produção para consumo próprio, bem como investimento dos recursos gerados por impostos em programas de prevenção do abuso de drogas, na prevenção de violência, em educação e saúde.
- Regular produção, venda e consumo da cannabis medicinal.
- Retirar o consumo de drogas da esfera criminal e criar critérios objetivos para diferenciar uso e tráfico.
- Recompôr a capacidade de fiscalização e atuação das agências ambientais como Ibama e ICMBio com recursos humanos, tecnológicos e financeiros.
- Focalizar ações de fiscalização ambiental com base em dados de satélite que apontem áreas desmatadas, de forma a aumentar a capacidade de detecção na ponta e aumentar a dissuasão desses crimes.
- Restabelecer o conjunto normativo que garanta a segurança viária.
- Aprimorar as normas de uso e ocupação do solo das grandes cidades brasileiras e a capacidade de fiscalização do poder público para conter a atuação de organizações criminosas e milícias nessas atividades.
- Fortalecimento da capacidade de inteligência e atuação preventiva da Receita Federal e do COAF.

ECONOMIA VERDE, AMBIENTE E CLIMA

Elaboração: Ana Toni, Tasso Azevedo, Natalie Unterstell, Marcelo Britto, Benjamin Sicsú, Sergio Viana Besserman e Beto Veríssimo

O mundo mudou. Sim, você que lê este texto, seguramente já se deparou com uma sentença como essa. O mundo muda a todo instante, mas nem sempre temos clareza sobre a velocidade e a permanência de algumas transformações sociais, econômicas, políticas e, principalmente, de percepções. A forma como países ricos e países emergentes encaram o meio ambiente e as consequências das ações particulares sobre o clima mudaram – sem caminho de volta.

Já temos consciência que antigos planos de desenvolvimento econômico deveriam ser adequados ao desafio global do enfrentamento às mudanças climáticas e à economia de baixo carbono. Este é o mundo novo, que veio para ficar. O impacto dessa nova percepção dos agentes econômicos e políticos é, portanto, direto e crescente sobre os negócios, públicos e privados.

A despeito disso, os últimos anos foram desanimadores no Brasil: instituições importantes de monitoramento florestal e de proteção ambiental foram desmanteladas (em capital humano e em recursos financeiros); a destruição ambiental foi promovida por meio de símbolos políticos; o governo federal, em especial, foi omissivo diante de queimadas na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal.

Mas não é com desalento que estas linhas são escritas. O documento que aqui se apresenta é realista, sim, porém carregado de otimismo. O Brasil continua a desfrutar de grandes vantagens comparativas: a maior parte da Amazônia está em nosso território; temos um histórico comprovado de crescimento com proteção ambiental; nossa matriz energética tem potencial, sem muito esforço, para se tornar mais limpa.

O país pode – e deve – liderar a reorientação do desenvolvimento para bases de baixo carbono, com respeito ambiental e climático. A economia verde, futuro inexorável do novo mundo, é “a cara” do Brasil. Empregos sustentáveis, na floresta, na indústria, nos serviços e na pesquisa.

Temos clareza que o compromisso que apresentamos neste documento produzirá em você, leitora e leitor, um mix de sensações, como otimismo e incredulidade (“mas será que conseguiremos tirar isso do papel neste país?”). Sabemos disso. Já passou da hora de sermos cautelosos: precisamos avançar rapidamente e com ousadia. Estamos preparados para tentar, afinal, se não nos mexermos a partir de 2023 será tarde demais.

LIÇÃO DE CASA

É com a redemocratização, iniciada nos estados em 1982 e confirmada com a Constituição de 1988, que a defesa ambiental passa a constituir-se em um valor genuíno no país. O fim da ditadura militar representou, também, o término de boa parte dos planos de destruição ambiental, como se o desenvolvimento fosse rival da floresta.

Nos 30 anos após a Constituição, um conjunto amplo de reformas positivas foi implementado por diferentes administrações civis nas três esferas de governo (União, estados e municípios), a começar pelo Ibama, criado já em 1989. O monitoramento ambiental, com informação precisa e acompanhamento tecnológico, passou a ser uma aposta certa. O país sediou, com sucesso, a Eco-92. Fóruns de diálogo democrático e prático entre o Ministério do Meio Ambiente e as secretarias estaduais e municipais de meio ambiente foram estabelecidos nos anos de 1990. O ICMBio foi criado em 2007 e, no mesmo ano, a ocupante do Ministério do Meio Ambiente, Marina Silva, ganhou o mais destacado prêmio da Organização das Nações Unidas (ONU), o Champions of the Earth.

O aprimoramento institucional foi acompanhado de políticas – práticas e simbólicas – de valorização da floresta de pé, como um valor econômico e cultural.

O crescimento econômico acompanhou, negando, por fim, as teses ultrapassadas do período de arbítrio militar. Entre 2004 e 2014, o PIB brasileiro registrou seu período de maior crescimento desde os anos de 1970, com recordes frequentes de geração de empregos formais e, muito importante, sem contar com inflação descontrolada (uma das sinas do alto crescimento da ditadura). Ao final de 2014, o desmatamento na Amazônia Legal foi 81,9% inferior ao registrado em 2004. É possível crescer sem desmatar. **A floresta de pé não é entrave ao desenvolvimento, ao contrário: como veremos, ela garante segurança climática, além de novos empregos e oportunidades em diversos setores que a economia verde proporciona.**

DESAFIOS

A contribuição brasileira com a mitigação de gases de efeito estufa não é incompatível com o desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira e a aceleração em direção à descarbonização global pode até significar **uma oportunidade para o Brasil de transformar nossas vantagens comparativas de ser o país mais rico em recursos naturais e biodiversidade do mundo, em vantagens**

competitivas. Ao escolhermos um plano de desenvolvimento de baixo carbono, poderemos viabilizar não só um crescimento econômico diferenciado para o Brasil, mas também proporcionar o bem-estar à população brasileira e a proteção dos nossos recursos naturais.

Caso não façamos essa escolha, continuaremos não só sendo uma “pária” na comunidade internacional, como também limitaremos nosso acesso aos mercados internacionais e aos investimentos futuros. E, dessa forma, condenaremos os trabalhadores, as empresas e a sociedade brasileira em geral a um desenvolvimento muito aquém de nossas possibilidades e oportunidades. A sustentabilidade é a única estrada que pode levar o Brasil para um projeto de desenvolvimento contemporâneo. Nesse sentido, propomos uma “tripla revolução”: uma revolução de conhecimento, de produção e de gestão e governança, tendo a vertente ambiental como pilar balizador.

COMPROMISSOS

Qualquer liderança política que esteja conectada com a conjuntura nacional de hoje, esta que vivemos em 2022, terá diante de si os seguintes passos para liderar o Brasil – em escala nacional, estadual e municipal – para o futuro inevitável:

1. AMAZÔNIA: O HEDGE DO BRASIL E O DESMATAMENTO ZERO

A Amazônia é a maior e a mais rica região do planeta em biodiversidade, água e florestas tropicais. É a única região do mundo que oferece uma opção real para termos uma sociedade florestal desenvolvida. Entretanto o modelo de desenvolvimento adotado até agora, baseado no desmatamento, tem gerado e reproduzido subdesenvolvimento, pobreza e ilegalidades. Esse mesmo modelo tem também matado nossos povos tradicionais e apagado seus conhecimentos milenares. A única maneira de redirecionarmos esse modelo é comprometermo-nos com o Desmatamento Zero da Amazônia. Isso deve durar até que tenhamos a capacidade de comando e controle para combater as ilegalidades presentes nesse território e a capacidade de proteger e reconhecer nossos povos tradicionais e originários. Também, até que tenhamos a capacidade científica, os recursos humanos e de gestão de paisagem para conhecer e explorar as riquezas naturais da Amazônia de maneira sustentável.

2. MATRIZ ENERGÉTICA 100% RENOVÁVEL

Sabemos que a descarbonização do setor energético é uma prioridade para a comunidade global. O Brasil, na área de energia, sai à frente da maioria dos outros países, pois temos uma matriz energética já bastante abundante em opções e uma matriz elétrica prioritariamente limpa e renovável. Temos as melhores condições físicas e econômicas de expansão das fontes de energia renováveis para uma matriz elétrica muito mais robusta e expandida que possa, inclusive, absorver a eletrificação de setores que hoje usam combustíveis fósseis, como, por exemplo, carros e ônibus. Nosso desafio é

manter esta liderança mediante uma matriz energética baseada na competitividade real das fontes de energia e na melhoria da nossa produtividade energética. A relação quantidade de energia e PIB ou produção de riqueza tem de ser uma vertente priorizada pelos nossos governantes, só assim poderemos aproveitar a valorização dos produtos de baixo carbono produzidos e comercializados nacional e internacionalmente e garantir uma possível reindustrialização de nossa economia.

3. INFRAESTRUTURA DE BAIXO CARBONO

O Brasil tem um déficit de infraestrutura gigantesco e isso é um tema prioritário para alavancarmos nossa economia e o bem-estar social. É imperativo, entretanto, que, ao mobilizar recursos públicos e privados para enfrentar esse grande desafio, o Brasil assegure que esta nova infraestrutura seja de baixo carbono e resiliente às mudanças climáticas. Só assim garantiremos que este importante esforço de fortalecimento de nossa infraestrutura seja sustentável no longo prazo, atraindo investimentos e evitando que estes virem, em pouco tempo, *stranded assets*. Em termos de infraestrutura, saneamento básico para todos é uma dívida histórica com a sociedade. A despeito dos importantes passos dados nessa área, é fundamental acelerar a difusão do saneamento para todos e todas. Outras áreas prioritárias são nossa infraestrutura virtual e as hidrovias/cabotagem.

4. TRANSFORMAÇÃO DO MODELO AGRÍCOLA

A agricultura brasileira é uma das mais competitivas do mundo. A fim de assegurar que ela se mantenha nessa posição será fundamental acelerar a transformação do modelo agrícola brasileiro, assim, permitindo o domínio da agricultura de baixo carbono e o uso racional de agrotóxicos ou defensivos químicos. Será também fundamental garantir mais segurança e transparência de sua cadeia de valor e a crescente demanda por alimentos orgânicos e mais saudáveis. O redirecionamento de nossa produção agrícola tem de estar ligado ao futuro do nosso parque industrial, na exploração e agregação de valor das novas oportunidades comerciais relacionadas à biomassa, à bioenergia, à bioquímica e com as novas tendências nacionais e internacionais de consumo das futuras gerações. A demanda estrangeira é crescentemente verde: a não adaptação levará a um isolamento muito custoso para as empresas, para os trabalhadores e para o país como um todo.

5. SOBERANIA VERDE

A identidade e a soberania nacional brasileira estão intrinsecamente ligadas aos nossos recursos naturais, nossas florestas, nossa biodiversidade e nossos mares. Nossa diplomacia ambiental, deve ser fortalecida e precisa tornar-se um pilar orientador de nossa política externa. Assegurar a proteção de nossas riquezas naturais e ser protagonista na área socioambiental tem sido fundamental para nossa posição geopolítica no mundo e nossa liderança regional. Só quando os brasileiros e as instituições públicas do Estado brasileiro assumirem, de forma proativa e integral, nossa identidade de “Soberania Verde ou Ambiental” asseguraremos o alinhamento e a coerência nacional e, conseqüentemente, o fortalecimento da segurança nacional.

6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, FORMAÇÃO E EMPREGOS DO FUTURO

Para redirecionar o país para uma economia verde, de baixo carbono, mais justa e mais produtiva, será fundamental não só superarmos o imenso fosso educacional do Brasil, mas também alinhar a formação de nossas crianças e jovens ao chamado letramento ecológico. Isso envolve adaptação da formação de professores e um alto investimento em ciência e tecnologia ligadas à biodiversidade e a energias renováveis e agroflorestal.

7. ECONOMIA CIRCULAR

Os recursos naturais são finitos. Temos de migrar de uma economia linear – baseada no consumo crescente e sem limites de recursos naturais e crescimento de resíduos – para uma economia circular que considere a otimização, a recuperação, a longevidade, o compartilhamento, a servitização, a regeneração e a virtualização dos produtos. O desacoplamento material e o de consumo precisam guiar nossos processos de produção.

8. BIOECONOMIA E REFLORESTAMENTO

No compromisso climático brasileiro, fechado em 2015, havia a meta de cortar em 43% as emissões de gases de efeito estufa em relação aos níveis de 10 anos antes. O principal caminho para tanto era restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030. Cá estamos, restando 7 anos para o prazo, e este movimento não começou. A letargia – aguçada por atos simbólicos e práticos a partir do governo federal nos últimos 4 anos – não pode continuar. O reflorestamento é imperativo. O próprio ato em si de reflorestar pastagens degradadas ou abandonadas atrairá empregos. Uma vez restauradas, nossas florestas também podem ser fontes sustentáveis de novos empregos: aqueles ligados à bioeconomia. A pesquisa ativa sobre nossa flora tem potencial (já comprovado) tanto na frente acadêmica quanto nos negócios. Há biofármacos a serem descobertos e produzidos, bioenergia, biotecnologia industrial, química de renováveis entre outros ramos, com geração de empregos diretos e indiretos. Há apetite crescente entre investidores (externos e domésticos) que desejam apoiar iniciativas de reflorestamento, associadas ou não à produção. O papel do governo, nesse sentido, é o de orientar – por meio de ações práticas (como normas e regulamentos) e simbólicas (como campanhas de comunicação e visitas a territórios importantes) – os esforços das empresas, do terceiro setor, dos investidores e dos pesquisadores nessa direção.

9. MOBILIDADE URBANA E CIDADES

As áreas urbanas vêm passando por um grande momento de transformação em todo o mundo. A tendência é a incorporação do conceito de Cidades Inteligentes ao espaço urbano. Isso, todavia, não significa falar apenas em equipamentos e tecnologias. Para que nossas cidades sejam inteligentes será preciso passar por um processo de reorganização do espaço, onde se promova a descentralização das áreas centrais, levando o emprego para perto dos cidadãos. E tal processo implica fortalecer os bairros, de maneira a serem autossuficientes, para que as pessoas possam se deslocar da casa para o trabalho através de meios mais contemporâneos de deslocamento,

como o uso de ciclovias e a mobilidade ativa. Quanto menos as pessoas tiverem de se deslocar por grandes distâncias entre casa e trabalho, mais mobilidade elas terão. Será necessário também que transportes alternativos, com menor utilização de combustíveis fósseis, sejam oferecidos à população, quando houver necessidade de maiores distâncias a percorrer.

10. GESTÃO HÍDRICA

Devemos ter atenção fundamental quanto à preservação das águas e quanto ao saneamento urbano. A primeira preocupação deve ser com nossas nascentes, que precisam ser preservadas para que a água chegue aos reservatórios de maneira limpa e saudável. Cada vez mais as águas para consumo urbano têm de ser buscadas em reservatórios mais distantes das cidades. Isso se deve a uma ocupação urbana desordenada que permite a expansão de áreas irregulares até as orlas de muitos reservatórios. Para se combater tal fenômeno será necessário priorizar de fato a questão urbana brasileira. Para tanto é imprescindível desenvolver legislações mais apropriadas ao controle do uso do solo, como também favorecer mecanismos de reúso de águas, através de tecnologias já existentes, bem como priorizar e fortalecer as redes de coleta de resíduos. Já existem usinas de tratamento de resíduos mais compactas que, se financiadas para implantação em bairros, poderão evitar poluição e gerar insumos, como no caso da utilização de resíduos urbanos para compostagem. Neste contexto, o saneamento se transformará em aliado das hortas comunitárias, favorecendo a segurança alimentar.

11. GOVERNANÇA AMBIENTAL

O caráter transversal das questões ambientais e climáticas requer a urgência de se repensar a governança do tema tanto no Executivo federal quanto nas esferas subnacionais. Está claro que um Ministério de Meio Ambiente como temos hoje não dá conta das questões estruturais necessárias para se repensar um modelo de desenvolvimento sustentável e de baixo carbono, mesmo assumindo que ele deva ser reconstruído a partir de 2023. Os candidatos e candidatas, em todas as esferas, devem comprometer-se com uma trajetória de desenvolvimento compatível com o Acordo de Paris. No caso das candidaturas ao Executivo federal, deve existir um compromisso com o estabelecimento de um Conselho Multisetorial (“Conselhão do Clima”) que possa monitorar que as escolhas de políticas setoriais sejam consistentes.

12. DEFESA DAS TERRAS INDÍGENAS

A demarcação de terras indígenas foi uma importante conquista brasileira, notadamente após a redemocratização do país em 1985. Terras indígenas são aquelas que apresentam os melhores indicadores de proteção florestal e de limpeza de águas. Invasores de terras indígenas não podem ser anistiados, muito menos indenizados pelo Estado. Esta é uma grave inversão de papéis: cabe ao Estado demarcar e defender terras indígenas em todas as áreas do território brasileiro.

INDÚSTRIA DO FUTURO

Elaboração: Horácio Lafer Piva (apoio no trabalho conjunto: Pedro Passos e Pedro Wongtschowski)

O que funcionou uma vez não necessariamente funcionará novamente. Você, que lê este texto, sabe disso: as circunstâncias mudam, alterando abordagens. Isso vale para a vida particular, vale para empresas e, também, vale para nações e políticas públicas. No caso específico da indústria brasileira, foco deste texto, partimos de um axioma: o futuro das fábricas e de seus funcionários não passa por uma repetição do passado.

Por 50 anos, entre 1930 e 1980, a indústria de transformação ocupou corações e mentes de diferentes *policy makers*, acadêmicos e políticos no Brasil. Ela seria, quase literalmente, o motor do crescimento econômico. Em seu auge, em 1986, a indústria brasileira chegou a representar quase 27% do Produto Interno Bruto (PIB). Hoje, as fábricas representam cerca de 11% do PIB.

É um engano grave olhar o passado e cotejar os números apresentados no parágrafo acima e concluir que, para o país voltar a apresentar as taxas de crescimento verificadas no passado, inexoravelmente, devemos emular estratégias do passado. Isso não faz sentido. Que fique claro, leitora e leitor: a indústria é importante no Brasil e pode ser ainda mais importante do que é hoje, mas isso não significa isolamento comercial, financiamentos públicos subsidiados sem qualquer avaliação de impacto, substituição de importações e consolidação estatal.

Práticas modernas de gestão e de tratamento de dados podem ser facilmente adotadas, com impacto imediato. A agenda ESG, crescentemente adotada no mundo desenvolvido e nos países emergentes, pode alavancar a conexão entre as empresas daqui e os compradores externos. A demanda estrangeira por produtos com baixa pegada de carbono veio para ficar: ela é grande hoje, em 2022, e será maior a cada ano. A relação entre empresas e a pesquisa, universitária e técnica, tem enorme espaço de crescimento: e isso passa, também, pelo estímulo à atração de cérebros estrangeiros, que apoiarão o rico capital humano já instalado por aqui.

Quanto mais a indústria se apropriar das vantagens comparativas brasileiras, que permitem crescimento verdadeiramente sustentável, mais ela se beneficiará. A agenda de competitividade pode ser auxiliada pelo Estado, com a redução de arestas e com apoio inteligente. São essas agendas que aqui apresentamos.

LIÇÃO DE CASA

A indústria brasileira hoje representa 24% de toda a receita tributária federal, além de concentrar nada menos do que 67% de toda a atividade privada em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Vale dizer: a inovação, no Brasil, ocorre principalmente no setor industrial.

Os empregos, na indústria, são majoritariamente com carteira assinada: 63% dos postos de trabalho (ante 40% nos serviços e 16% na agropecuária).

Agendas modernizantes, como abertura comercial e maior circulação de industriais brasileiros por mercados estrangeiros, renderam resultados nos últimos 30 anos. No entanto eles foram concentrados em “ilhas”: há um pequeno grupo de fábricas de excelência, medidas por critérios de produtividade, em meio a um quadro geral de relativo atraso e grandes dificuldades.

DESAFIOS

O setor agropecuário manteve expansão sistemática nas últimas décadas, com fortes investimentos e crescimento da produtividade de fatores (em equipamentos e em recursos humanos). Está conectado ao mercado global.

A pequena abertura comercial do Brasil, em 1990, não foi suficiente para mudar o caráter geral da indústria no país. O país continua relativamente fechado, tanto do ponto de vista comercial quanto de recursos humanos: menos de 1 milhão de imigrantes reside no Brasil, tornando-se um dos 20 países com menor proporção de estrangeiros em sua população (0,4%), sendo que a grande parte provém de países vizinhos, com especial peso da Venezuela. Nenhum dos nossos vizinhos apresenta uma taxa de participação de estrangeiros em sua população inferior a 1,4%. No caso das economias desenvolvidas, esse mesmo indicador oscila em torno de 15%, sendo que Canadá, Austrália e Nova Zelândia apresentam índices entre 22% e 30%.

O país deve ser mais aberto e conectado do que é. Os benefícios são exponenciais. Compreendemos, no entanto, que tal compromisso pode ser percebido como “radical” e “indigesto”, dada a nossa tradição fechada e essencialmente burocratizada. Cumpre, portanto, notar que a estratégia que adotamos nas últimas três décadas não deu certo.

Diferentes governos brasileiros – nacionais e regionais – têm optado pela estratégia da “compensação” à indústria. Nos últimos anos, assistimos ao acionamento de uma série de instrumentos: proteção tarifária, crédito subsidiado, cortes de impostos e gastos diretos, com as compras governamentais. Nada disso impediu a queda relativa e contínua da indústria no PIB nacional. Mais recentemente, nem mesmo a manutenção da taxa de juros em patamares estruturalmente baixos por um período relativamente longo para padrões brasileiros (entre 2017 e 2021) e da taxa de câmbio relativamente desvalorizada – duas demandas históricas de lideranças industriais – foram capazes de alterar o quadro de coisas. Mesmo com

todos os benefícios, com juros baixos e câmbio desvalorizado, a indústria brasileira continuou a andar para trás.

É preciso, portanto, uma nova estratégia.

COMPROMISSOS

A indústria brasileira é fundamental para o agronegócio e para o setor de serviços. Não há agricultura rentável sem equipamentos de todo tipo – de tratores a colheitadeiras, passando por materiais de irrigação, drones, silos e outras máquinas. A produção no campo passa por defensivos agrícolas e fertilizantes, produzidos pela indústria química. Tudo o que sai dos campos para as cidades e portos é transportado por caminhões e trens, que envolvem indústrias metalúrgicas e de autopeças.

Nos serviços, principal empregador de mão de obra no Brasil, a dependência da indústria é grande – e crescente. Meios de pagamentos digitais, comércio *on-line*, registro de informações e rastreabilidade. Na saúde e na educação, setores-chave para qualquer país, a indústria está presente com materiais, equipamentos e, cada vez mais, com tecnologia para permitir ensino e tratamentos à distância.

Nosso compromisso parte dessas premissas. A indústria é importante para o país e pode ser ainda mais importante no futuro próximo. O Brasil já sabe o que deve e o que não deve produzir, e este mapa, somado ao advento da indústria 4.0, pode mudar o jogo a nosso favor.

1. Para isso, devemos apostar em mudanças transversais e na ênfase das novas tecnologias nas formas de produzir. A revitalização industrial deve não só permitir o surgimento de novos segmentos e atividades industriais, mas também viabilizar a atualização do existente em linha com as melhores referências globais. Para isso, a indústria brasileira tem de se integrar ao mundo, importando e exportando insumos e produtos sem limitações ou barreiras tarifárias e não tarifárias, enfrentando de verdade a competição, fator determinante para o aumento da produtividade.

2. O Brasil tem imenso potencial para constituir, aqui, essa indústria do futuro, tornando-se grande supridor mundial de produtos com baixa pegada de carbono. Nossa matriz energética, cada vez mais renovável, nossas matérias-primas de origem agrícola e a exploração econômica e responsável de nossa biodiversidade são oportunidades que nenhum outro país do mundo tem. **A economia verde, que será o futuro do Brasil, é fortemente aliada da indústria e vice-versa:** a proteção e o monitoramento ambiental e climático são dependentes de equipamentos e transportes, além do potencial de pesquisa em biofármacos.

3. A digitalização da indústria é um caminho sem volta: precisamos aumentar a modernização do parque industrial brasileiro e não apenas de algumas fábricas em grandes centros urbanos. Isso passa, também, pela

profissionalização da formação dos industriais e pelo apoio, público e privado, à pesquisa e desenvolvimento.

A indústria brasileira pode participar mais ativamente do crescimento econômico, com criação de empregos, arrecadação de impostos e geração de divisas importantes para as contas externas nacionais. Uma indústria aberta, conectada e integrada ao mundo, que esteja orientada a produzir o que os mercados (externos e internos) demandam. Este setor industrial que atende às exigências de proteção ambiental terá cada vez mais clareza quanto à proteção da fauna e da flora, quanto ao respeito ao meio ambiente e ao clima; valores esses que vieram para ficar. A demanda e a pressão nesse sentido serão crescentes. Da oferta e demanda, faremos o Brasil uma potência ambiental.

Tendo isso em mente, devemos focalizar quatro ações, interdependentes. São elas:

- 1.** A solução dos problemas que afetam a competitividade da indústria brasileira (como barreiras tarifárias; estrutura tributária complexa e com alto grau de litigiosidade; infraestrutura precária para escoamento de produtos-meio e de produtos-fim).
- 2.** A modernização da indústria pela adoção das técnicas de gestão e de tratamento de dados que exigem novos conhecimentos e outros tipos de máquinas e equipamentos.
- 3.** A busca de alternativas de processos e de produtos que respondam efetivamente a uma demanda por produtos com menor pegada de carbono.
- 4.** Pensar em uma política pública, de âmbito nacional, que incentive a imigração para reforço de áreas dinâmicas de nossa economia. Jovens talentos, de diferentes partes do mundo, podem ser atraídos para viver e trabalhar em um Brasil que direciona seus esforços para uma economia verde, de baixo carbono. A economia verde – com seus novos produtos, serviços, pesquisas, negócios e empregos – tem a cara do Brasil, dada as nossas vantagens comparativas. Este é o nosso soft power. Nossas universidades, públicas e privadas, podem e devem atrair professores e pesquisadores de diferentes partes do mundo: disciplinas e cursos de vários níveis, em inglês e espanhol, serviriam como atrativo externo e interno. O convívio com diferentes culturas, no dia a dia, seguramente, oxigenaria a maneira de pensar, tal como ocorreu e ocorre nas trajetórias das diferentes nações que se abrem.

EMPREENDE- DORISMO

Elaboração: Fersen Lambranh

Quando este século começou, a palavra empreendedorismo não fazia parte dos dicionários. Pense, leitora e leitor, como você encarava a ideia de ter o seu próprio negócio apenas duas décadas atrás. A “disputa” no mercado de trabalho brasileiro ainda se dava em termos clássicos, ou seja, entre aqueles que tinham uma carteira assinada ou estavam no serviço público e aqueles que trabalhavam na informalidade, com “bicos”.

A ideia de uma pessoa ter um negócio próprio era distante da maioria da população. Por uma série de fatores, o quadro hoje é muito distinto. Há mais de 11 milhões de microempreendedores individuais (MEI) no Brasil e, também, mais de quatro milhões de empresas ativas no país.

Esse cenário, ainda que recente, veio para ficar: essas novas oportunidades de ocupação para milhões de pessoas em idade economicamente ativa não deixarão de existir em 2023 ou depois. Este texto, portanto, parte da realidade prática e busca apontar melhorias para a ação empreendedora no país, dados os desafios inerentes a uma economia emergente e às questões peculiares brasileiras.

DESAFIOS

O “combate” ao empreendedorismo — que vem de alguns segmentos corporativistas, tanto do lado dos trabalhadores formais quanto do lado patronal — não faz sentido para o Brasil de 2022. O empreendedorismo é um fato. Empreender não é de esquerda nem de direita. É para todos. O nosso desafio é encontrar formas de qualificar e auxiliar o empreendedor e a empreendedora no país.

Precisamos olhar o fenômeno do empreendedorismo de uma maneira diferente para libertar-nos das antigas concepções que dividiram esse universo em grupos quase que autoexcludentes: micro e pequenas empresas versus grandes corporações. Há argumentos (e lobbies) para cada um: o enorme estoque de vagas geradas pelas micro e pequenas; a riqueza e impacto na cadeia produtiva das grandes corporações. Todavia pouco se fez e discutiu-se sobre o que importa: **como criar condições para empreendedores crescerem?**

Sabemos que hoje apenas 1% das empresas brasileiras que emprega pessoas consegue manter taxas de crescimento acima de 20% ao ano, por 3 anos seguidos.

Apesar de existirem em pequena quantidade (são apenas 22,7 mil, de acordo com o IBGE), essas empresas são responsáveis por 70% dos novos empregos do Brasil.

Para um país que sofre com a mais grave e prolongada crise de emprego de sua história (com uma média de 12 milhões de desempregados e seis milhões de desalentados entre 2015 e 2022), a volta por cima passa pelos empreendedores.

COMPROMISSOS

São alguns passos que devem ser dados pelo setor público brasileiro para auxiliar a formação e a sustentabilidade no tempo dos empreendedores brasileiros. Muitas ações devem ser realizadas em parceria com o setor privado e com o terceiro setor.

- 1.** Reforma tributária que tenha o crescimento do empreendedor no centro, transformando o atual sistema que “pune” o empresário que cresce com muralhas tributárias entre categorias (MEI, Simples, Lucro Presumido, Lucro Real) em rampas que permitam transição suave à medida que a empresa cresce.
- 2.** Transformação digital do Estado para simplificar processos, eliminar os custos de transação e fechar as portas para a corrupção e achaques dos agentes de fiscalização.
- 3.** Educação Empreendedora que ajude o empreendedor a aprender com os erros dos outros; expandir redes de suporte e mentoria; fortalecer o capital social. Tratar empreendedorismo como disciplina que se aprende, não como dom.
- 4.** Combate sistêmico à assimetria de informações que hoje faz com que apenas empreendedores com algum capital social, redes de contatos ou acesso privilegiado saibam como captar recursos ou se beneficiar de programas públicos e público-privados de acesso a capital, à inovação, à importação e à exportação, entre outros.
- 5.** Acesso a capital para além da bolha, com a criação e fomento de programas com critérios objetivos que alavanquem recursos de BNDES e dos demais bancos públicos para entrega segmentada a empresas de alta *performance* – as que normalmente escapam dos programas para micro e pequenas e cadeias de indústria.
- 6.** Transferência de tecnologia facilitada entre universidade e empresas, permitindo que empresas possam contratar ou participar de iniciativas de desenvolvimento de produto com pesquisadores (escalar o PIPE Empreendedor da Fapesp a todo o Brasil).

INOVAÇÃO

Elaboração: Roberto Alvarez, Juan Carlos Castillo-Rubio, Fersen Lambranhó, Robson Capasso

Você seguramente não pensa no Brasil quando o assunto é inovação. A leitora e o leitor cá deste documento podem fazer esse experimento agora. Pense em inovação: homens e mulheres em profundo trabalho de desenvolvimento (tecnológico, científico) com aplicação direta em produtos, serviços e processos. Muito provavelmente surgiram, em sua mente, países como Japão, Estados Unidos, China, Alemanha, Finlândia e talvez até o Chile. Mas dificilmente você pensou no Brasil.

Contudo não precisa ser assim daqui para frente.

O documento que você lê neste exato momento tem um objetivo ambicioso: romper com o imobilismo e criar trajetórias – reais e possíveis – para que a inovação, em seu sentido amplo, floresça no país. Para isso, mudanças no estado de coisas são necessárias. Algumas delas são radicais e compreendemos isso. Outras são incrementais, isto é, precisamos tão somente acelerar a velocidade do que funciona no presente. No entanto todas essas mudanças são possíveis. Esta é a ideia-chave deste documento. É possível tornar o Brasil um país que inova de forma frequente e contínua.

LIÇÃO DE CASA

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, o engenheiro americano Vannevar Bush estava angustiado. Ele tinha visto a impressionante “tomada de consciência” que as empresas, os governos (federal e regionais) e os sindicatos tiveram, durante o conflito mundial, quanto à inovação: os EUA precisaram inovar em formas de organizar sua força de trabalho; inovar em produtos (bélicos, mas também alimentícios, vestuário e transportes); inovar na relação entre fabricantes e pesquisadores acadêmicos; inovar na distribuição logística; inovar em tudo. A angústia de Vannevar Bush, no entanto, era com o pós-guerra: como manter acesa essa chama da inovação generalizada?

Suas ideias eram fundamentalmente institucionais: ele queria criar instituições perenes, de caráter multifacetado, que teriam como responsabilidade única a difusão da inovação. Elas seriam formadas por pessoas que acordariam pensando em inovação e dormiriam pensando em inovação. Dessas instituições derivaram,

entre outras, o DARPA e a Nasa.¹¹ A inovação nos EUA passou a ser descentralizada, a despeito de instituições centrais, federais, que buscam liderar o assunto.

Nos países membros da OCDE, a inovação responde por um mínimo de 50% do crescimento econômico.¹² Há evidências claras sobre a importância da inovação para a indústria no Brasil¹³: as empresas que inovam e diferenciam produtos geram mais e melhores empregos, são mais produtivas, faturam, exportam e crescem mais.

Contudo a inovação não está no centro das estratégias da maior parte das empresas brasileiras. Os resultados de políticas recentes são pífios¹⁴ e falta um consenso no país.

É preciso ter clareza: há grande desconhecimento do assunto e inovação não é um tema relevante no debate público brasileiro. É pequeno, hoje, o número de empresas inovadoras. Poucas têm relevância ou mesmo presença internacional (muito menos universidades ou centros de pesquisa); são poucas as patentes registradas internacionalmente por empresas. Na melhor das hipóteses, o Brasil é um país “no meio do caminho” com respeito à inovação, como revelam comparações internacionais.

Ao longo de décadas, o Brasil avançou na formação de recursos humanos, ampliou investimentos em ciência e tecnologia (C&T) e a participação na produção científica mundial.¹⁵ Contudo não construiu uma indústria mais inovadora e internacionalmente competitiva: perdemos competitividade em um período crítico, quando parte relevante dos países emergentes ganhava velocidade na área.

A crise fiscal que eclodiu no Brasil, a partir de meados de 2014, levou a um arranjo ainda mais dramático: ano a ano, de 2014 até aqui, 2022, os investimentos públicos (notadamente os gastos com ciência e tecnologia) foram cortados por governos de diferentes matizes.¹⁶ Caiu o número de empresas que inovam.¹⁷

Inovação e pesquisa científico-tecnológica são coisas distintas, porém, relacionadas – e tais relações precisam ser compreendidas no caso brasileiro. A medida que define o quanto a pesquisa científico-tecnológica é necessária, ou

11 Não faltam bons artigos, acadêmicos e jornalísticos sobre a trajetória de Vannevar Bush e de suas invenções institucionais. Mencionamos um: “Ciência e tecnologia de impacto: uma análise do caso DARPA”, de Flávia de Holanda Schmidt Squeff e Fernanda De Negri.

12 OECD. Innovation Imperative. Paris: OECD, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3rbYFtT>. Acesso em: 01/07/2022

13 DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. Inovação, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras. Brasília: IPEA, 2005.

14 Vide resultados da Pintec 2017, disponíveis em: <https://bit.ly/3ob4W7c>. Acesso em: 01/07/2022.

15 Ocupa a 14ª posição na produção de artigos científicos, disponível em: <https://www.scimagojr.com/countryrank.php>. Acesso em: 01/07/2022.

16 Disponível em: <https://exame.com/brasil/investimento-do-governo-em-ciencia-voltou-ao-nivel-de-2009-mostra-estudo/>. Acesso em: 01/07/2022.

17 Vide resultados da Pintec 2017, disponíveis em: <https://bit.ly/3ob4W7c>. Acesso em: 01/07/2022.

ainda as oportunidades para tradução desta em valor econômico, é o tipo de mercado no qual se dá a competição. Desenvolver um aplicativo digital ou uma nova geração de chips de computadores são esforços muito distintos. Somente estratégias voltadas para a competição em mercados globais sofisticados ou a solução de problemas complexos podem alavancar o desenvolvimento de competências tecnológicas.

DESAFIOS

O Brasil investe pouco em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Investe pouco e mal em inovação: faz isso por meio de instrumentos ultrapassados, pouco efetivos, com baixa participação privada. O investimento nacional em pesquisa e desenvolvimento é majoritariamente público. Dele, 20-25% são orientados para missões; isto é, para resolver problemas. Enquanto isso, nos EUA, os recursos públicos aplicados em pesquisa e desenvolvimento são 80% direcionados para “missões”.

Apesar das dificuldades, as últimas décadas foram palco para mudanças institucionais qualitativamente relevantes como a criação da Embrapii (em 2012), a aprovação do Marco Jurídico da Inovação (Lei n.º 13.243/2016) e do Marco Jurídico das Startups (Lei Complementar n.º 182/2021). Tais mudanças, porém, não têm o alcance e a potência necessários para reconfigurar a dinâmica da inovação no Brasil. Além disso, há dificuldades político-institucionais para que novos modelos ganhem escala e tenham seu financiamento assegurado (como a Embrapii), bem como para que mudanças na legislação sejam célere e adequadamente interpretadas pelos órgãos de controle e traduzidas na real redução de risco e custos para empreendedores e gestores públicos.

Uma estratégia de inovação deve visar ao incremento do conteúdo inovador da economia – aumento do número de empresas que inovam, da sofisticação dos mercados atendidos (do local para o global) e do conhecimento agregado em produtos e serviços. A questão-chave que se põe é como realizar tal transformação.

COMPROMISSOS

O Brasil precisa romper com o atual aparato institucional e regulatório para que a inovação de fato se estabeleça.

As universidades brasileiras têm de ser mais abertas ao exterior: a atração de cérebros oxigenará o debate interno, produzindo novas formas de pensar os problemas brasileiros. As empresas podem e devem estar mais associadas a projetos de pesquisa acadêmica. Não pode ser do interesse de pesquisadores (de mestrado e doutorado, e, também, de projetos tecnológicos) continuar a produzir teses que ninguém lê.

As empresas precisam buscar novas mentes, que estejam livres da rotina corporativa, para pensar novas maneiras de inovar: em produtos, serviços e processos.

O governo, na relação entre esses dois agentes (empresas e universidades), precisa atuar como um facilitador – no mínimo. Temos um caso de sucesso do

passado, com a Embraer. Ela surgiu dentro de um instituto de pesquisa (o ITA, em São José dos Campos, interior de São Paulo), a partir da relação entre pesquisadores, empresários do ramo da aviação (civil e militar) e, veja só leitora e leitor, do governo também.

Podemos ter novas Embraer no Brasil? Sim. Por exemplo, em áreas como energia limpa, produção de alimentos em bases de baixo carbono ou na saúde (e outras de alto impacto social), posto que existem ativos (naturais, de conhecimento e empresariais) relevantes e escala em um país de 212 milhões de habitantes, em trajetória de envelhecimento populacional.

Precisamos mudar a forma de pensar, o que passa por transformações importantes nas instituições e na forma como regulamos (e controlamos) as inovações. Passa, também, pela internacionalização e por aprimoramentos relevantes na governança.

Propõe-se uma agenda organizada em três eixos de ação:

1. PROGRAMAS TRANSFORMADORES

1.1 Estruturar e implantar programas transformadores de tecnologia

- Modelar e implantar, a partir do governo federal, 2-3 programas transformadores com perspectiva de longo prazo. Eles serão custeados com mecanismos adequados de financiamento, com critérios claros (e mensuráveis) ano a ano. Segmentos como energia verde e produção de alimentos, em que o Brasil tem vantagens no mundo do futuro, são *top of mind* neste sentido.
- Integrar a coordenação desses programas à governança da estratégia, de forma que todos os agentes envolvidos (setor financeiro, indústria, ministérios, agências governamentais e demais atores) tenham clareza de atuação e atuem de forma coordenada.
- Adotar metas de desempenho internacionais e envolver especialistas globais na gestão e aconselhamento.

1.2 Disseminar novas tecnologias, modelos de negócios e instituições digitais

- Acelerar a transformação digital do setor público em todas as esferas.
- Universalizar o acesso a infraestruturas e a conteúdos educacionais digitais.
- Atrelar iniciativas de digitalização e educação a compromissos dos governos.
- Capacitar em massa empresas e pessoal em tecnologias e gestão digital, via PPP.

2. MUDANÇAS ESTRUTURAIS

2.1 Aprimorar o ambiente econômico – macro e micro

- Simplificar substancialmente o sistema tributário, reduzindo tanto a complexidade para o recolhimento quanto o volume de litígio jurídico e administrativo associado a impostos complexos.
- Simplificar o ambiente micro (abertura de empresas, comércio exterior, etc.).
- Reduzir os riscos enfrentados pelos empreendedores – trabalhista, fiduciário etc.

2.2 Modernizar o ambiente jurídico-institucional para inovação

- Rever o marco que regula a relação público-privada, flexibilizando as relações.
- Dar capacidade empreendedora e permitir ao setor público de assumir risco. Esta nova cultura deve ser rigorosamente pactuada com os controladores, em especial o Tribunal de Contas da União (TCU), que precisa ser compreendido como um aliado, e não como um obstáculo.
- Instrumentar e treinar órgãos de controle e Judiciário para a aplicação da legislação de inovação: a transparência de processos e objetivos facilita o controle administrativo (pelos Tribunais de Contas) e o controle judicial.
- Aprimorar a legislação que dá incentivos à inovação e simplificar processos.

2.3 Reorganizar e modernizar a atuação do setor público

- Dar autonomia real às universidades estatais, garantindo seu financiamento.
- Reorganizar estruturas e iniciativas públicas, reduzindo duplicidades e focalizando seu impacto.
- Atualizar o *toolkit* do setor público – instrumentos de fomento à inovação.
- Orientar o financiamento público para missões, problemas, tecnologias de impacto.

2.4 Construir instrumentos contemporâneos de promoção da inovação

- Internacionalizar universidades, programas, comitês e critérios de avaliação.
- Novas formas de financiamento da inovação e desenvolvimento tecnológico.
- Criar arquiteturas institucionais para atrair capitais privados.

- Incentivar projetos de tecnologia que envolvam diferentes setores e atores.

3. Governança

3.1 Desenhar e implantar uma governança capaz de garantir sucesso e continuidade

- Vincular a governança da estratégia de inovação ao centro do poder, isto é, à Presidência da República.
- Implantar uma estrutura de governança com a sociedade, incluindo especialistas internacionais.
- Implantar uma estrutura transparente, digital, de monitoramento, avaliação e *accountability* com acompanhamento criterioso dos desempenhos em curto, médio e longo prazo.

ENERGIA

Elaboração: Luiz Barroso, Jerson Kelman, David Zylbersztajn, Benjamin Sicsú, Rogério Studart, Roberto Alvarez

Você paga caro sua conta de luz. Sim, você que lê este documento. A tarifa de energia elétrica na sua residência ou na sua empresa é muito elevada. Você sabe, também, que o Brasil dispõe de uma das mais limpas – e baratas – matrizes de energia no mundo. As fontes renováveis, tanto na produção de energia quanto no uso delas em empresas, residências ou no transporte, fazem parte de nossa tradição. Pense no etanol, por exemplo: há mais de 40 anos ele está disponível nos postos de combustíveis. Pronto, está armado o quebra-cabeça energético brasileiro.

Como compreender ambos os fatos que, ditos em voz alta, representam um claro paradoxo? A matriz energética brasileira, na produção e no consumo, está entre as mais limpas e baratas do mundo, porém uma parte importante dessa conta (a tarifa de luz) é muito cara para todos nós. Recursos de famílias, empresas e governos são direcionados para a tarifa de energia, quando poderiam ir para outros fins: mais consumo, mais investimentos, mais políticas públicas.

A ideia que norteia este documento é a da transformação energética, com o aproveitamento das oportunidades que dela decorrem. Não há mais como negar ou lutar contra a imposição que o presente nos traz: buscar as fontes de produção de baixo carbono e trazer eficiência à forma como consumimos energia. Ambos os movimentos ancorados o avanço tecnológico para tornar esse processo mais dinâmico e eficiente, com possibilidade de maior valor agregado à nossa mão de obra e indústria.

As vantagens comparativas da economia brasileira são flagrantes: a energia mais competitiva do país é a de baixo carbono, o que o coloca na liderança do desenvolvimento de uma economia verde. A demanda do mercado internacional e do próprio mercado doméstico brasileiro é crescentemente por produtos e serviços cuja cadeia produtiva é limpa. Quando pessoas e empresas passam a incorporar em suas decisões de consumo valores sustentáveis, há automaticamente um prêmio para quem se adapta. O Brasil está bem-posicionado para capturar esse prêmio.

O país tem uma grande oportunidade para, de forma inteligente, desenvolver um amplo leque de tecnologias e serviços que alinhem benefícios econômicos, sociais e ambientais. Podemos nos posicionar como o maior fornecedor de serviços climáticos e ambientais do planeta, além de um relevante *player* global em *commodities* energéticas renováveis e em negócios sustentáveis baseados em inovação. É com otimismo, portanto, que este documento se apresenta.

LIÇÃO DE CASA

Metade da população brasileira hoje, em 2022, não tinha nascido quando começaram os primeiros esforços públicos e privados para o desenvolvimento de um combustível renovável. Desde meados dos anos de 1970 que os veículos motorizados, no país, podem ser abastecidos com etanol, um combustível gerado a partir da cana-de-açúcar.

Há cinco décadas que mobilizamos recursos humanos e tecnológicos para criar, aprimorar e circular pela economia brasileira fontes mais renováveis. Esses esforços valeram a pena, vistos em perspectiva.

Cerca de 43% da matriz energética do Brasil, hoje, são renováveis. Nesta conta estão inclusos transporte, produção de combustíveis, seu uso em diversas indústrias e a produção de eletricidade.

No setor elétrico, a participação de renováveis é de impressionantes 85%, o que torna as emissões *per capita* deste setor dez vezes menores do que a média global.

O país é, adicionalmente, bem adaptado para a descarbonização dos demais setores. No caso de transporte, por exemplo, dispomos do já citado etanol, além do biodiesel e da eletricidade limpa para veículos elétricos. Podemos, também, ser competitivos para a produção de hidrogênio “verde”, tema de grande interesse para a União Europeia. A produção associada de amônia “verde”, além de reduzir as emissões do processo atual de produção no país, pode fazer despencar em 85% a nossa dependência de importação de fertilizantes nitrogenados. Isso aumentará a segurança do nosso agronegócio. Também temos muitas alternativas para utilizar o gás do pré-sal para gerar riqueza ao país com benefícios ambientais, deslocando combustíveis mais poluentes na geração de eletricidade, no transporte e na indústria.

Além de abundantes, nossos recursos limpos são também muito competitivos em termos econômicos, sem recorrer a subsídios e recursos financeiros governamentais que são escassos e de grande importância para nossas múltiplas necessidades sociais. Pelo contrário, há evidências de que os mercados privados de financiamento de longo prazo, no Brasil e no exterior, nunca foram tão favoráveis a investimentos sustentáveis como os necessários para a transição e a transformação energéticas.

A diferença entre o custo de limpar uma atividade econômica e o custo atual de manter a atividade “suja” é muito baixa no Brasil. Essa diferença, chamada de *green premium*, chega a ser negativa em alguns segmentos, o que significa que os “verdes” ambiental e monetário do país estão totalmente alinhados.

DESAFIOS

A transição energética, que se impõe, ocorrerá nas duas frentes: tanto no lado da oferta (como produzimos energia e combustíveis) quanto no lado da demanda (como consumimos).

Ações pelo lado da demanda constituem oportunidade para uma agenda de eletrificação da economia e eficiência energética nacional, em que há espaço para muito ganho no comércio e na indústria.

No entanto, apesar de ser o paraíso da energia renovável barata, nossa conta de luz é desproporcionalmente cara. Se destacada em separado, a energia seria o segundo item de custo da cesta básica, perdendo apenas para a alimentação.

A explicação para esta disparidade entre custo real da energia e conta de luz é que o consumidor paga por muita coisa indevida. Mais da metade da conta são encargos, subsídios, taxas e impostos. Esses “penduricalhos” resultam de pressões de lobbies sobre o Legislativo e governos anteriores, que resultaram em mecanismos que “socializam” custos, criam reservas de mercado e distribuem subsídios sem qualquer olhar para o consumidor.

Com a eliminação do prejuízo desses encargos e subsídios para a sociedade, a redução do custo da energia ao nosso patamar competitivo, levaria a crescimento econômico mais elevado, tudo o mais constante. A população ocupada cresceria em um ritmo mais acelerado. A abertura de novos postos de trabalho aumentaria a renda das famílias, conseqüentemente, expandindo o consumo e o investimento. Um ganho de riqueza expressivo e decorrente, de modo exclusivo, do barateamento da energia no país.

Reduzir a conta de luz, no entanto, não pode ser um objetivo sem qualquer apreço pela forma. Há 10 anos, uma atitude intempestiva do governo federal gerou um desarranjo brutal do setor elétrico: no curto prazo, a tarifa de fato caiu; mas o custo para o contribuinte (em todas as faixas de renda, em todo o país) foi elevado. É preciso ter clareza de propósitos, mas também clareza quanto à forma correta de implementação.

COMPROMISSOS

Todas as políticas setoriais devem subordinar-se à meta de redução da pobreza e da desigualdade. No caso da energia, isso significa assumir os seguintes compromissos:

1. Buscar uma redução tarifária a partir de mecanismos regulatórios, que estimulem a competição e utilizem recursos financeiros oriundos do próprio setor – sem intervenções – mas com transparência, governança e respeito institucional. É fundamental avançar no campo das reformas estruturais, visando criar e/ou modernizar marcos regulatórios necessários que viabilizem a criação de uma economia de baixo carbono eficiente e com instrumentos de transferência dos benefícios para o setor produtivo e sociedade em geral. Algumas medidas incluem:

1. Eliminar subsídios intrassetoriais, inter-regionais e entre consumidores, que socializam custos e privatizam benefícios, preservando apenas a ajuda ao consumidor de baixa renda para que possa pagar a conta de energia elétrica.

2. Fazer com que a competição econômica entre fontes energéticas seja o fator determinante para a formação da matriz energética, **sem pre-conceitos contra fontes** e sem *lobbies* atuando no Congresso Nacional.
 3. Restaurar a autoridade das agências reguladoras – ANP, ANEEL e ANA – para definir normas e tarifas nos casos em que falhas de mercado impeçam a livre competição, como, por exemplo, nos monopólios naturais ou no uso de bens públicos. A livre competição, sempre que possível, deve ser buscada como vetor de eficiência produtiva e alocativa.
 4. Alinhar os instrumentos de política pública (como os bancos públicos, especialmente os de desenvolvimento) para, de forma coordenada, apoiar o desenvolvimento de projetos de qualidade, sua agregação, e sua utilização como lastro para emissão de dívida e de títulos financeiros para a transição energética. Com isso, envia-se um sinal claro de um compromisso de longo prazo com a transição/transformação e promove-se a tão necessária atração de “capital paciente”, nacional e internacional para acelerar o processo.
- 2.** Tomar partido do nosso *green premium* ser pequeno (comparado com o de países europeus) para produzir energia/alimentos com baixa emissão de gases de efeito estufa, assim como proteger a Amazônia. É uma estratégia de desenvolvimento econômico que considera o potencial de ganho via créditos de carbono.
- 3.** Construir reservatórios de regularização para adaptar o país aos efeitos adversos das mudanças climáticas, no que tange à produção de eletricidade e de alimentos.
- 4.** Organizar uma agenda da eficiência energética e de resposta dinâmica da demanda a preços para transformar a forma como consumimos energia. Essa agenda é multifacetada e envolve, também, o uso de campanhas de conscientização e de valorização das boas práticas individuais. Temos exemplos bem-sucedidos de campanhas em massa no país, como as políticas de combate à dengue, com adoção rápida e perene por parte das pessoas por todo o país.
- 5.** Transformar nossas vantagens comparativas em largas vantagens competitivas, consolidando a posição do Brasil na liderança da agenda climática global, mediante um reposicionamento na arena diplomática internacional da mudança de clima como um player reformista.
- 6.** Construir uma estratégia energética que utilize recursos renováveis para eletrificar a economia e descarbonizá-la. As emissões difíceis de serem reduzidas em alguns segmentos podem ser “atacadas” por meio de novos vetores energéticos, como o hidrogênio verde, em que o Brasil deve ser protagonista na agenda global.

7. Articular a política energética à inovação e ao empreendedorismo, de forma a potencializar o aproveitamento de oportunidades nos mercados interno (p. ex. a descarbonização, descentralização e digitalização da eletricidade) e externo (p. ex. o fornecimento de energéticos sustentáveis do Brasil para o mundo) para o desenvolvimento de negócios, a criação de valor e a inserção internacional de empresas brasileiras.

8. A transição energética é campo de excelência para a relação entre Estado e cidadão, dado que envolve campanhas de conscientização permanente, o direito à portabilidade da conta de luz, além da geração de empregos em novos setores e a busca de benefícios sociais e de integração regional.

Políticas públicas são o caminho para buscar a neutralidade de carbono. O governo deve ser o indutor e facilitador – não o vendedor de facilidades – da transição. Energia competitiva e sustentável é alavanca para o desenvolvimento, a recuperação da indústria, o combate à pobreza e à desigualdade. A maior contribuição do setor ao país é entregar energia barata, limpa e segura. A partir da energia, poderíamos tornar viável e suportar um verdadeiro projeto nacional de desenvolvimento.

FIGITAL

Elaboração: Silvio Meira

É estranho, sabemos! Parece que o título deste texto está errado: experimente, leitora e leitor, pronunciar em voz alta esse termo. Pois é, soa estranho mesmo. Entretanto novos arranjos demandam novos termos.

Assim como até o século 16 não existia o termo “descobrimento”¹⁸, até o começo desta década, anos de 2020, não havia razão clara para chamar algo de “figital”. Estávamos todos habituados a pensar em dois termos apenas: analógico ou digital.

Este texto que está agora diante de você, leitora e leitor, serve tanto para apresentar esta nova ideia como para justificar porque devemos, no Brasil, afeiçoar-nos a ela: o mundo que chegará em 2023 será crescentemente figital.

DESAFIOS

O Estado brasileiro ainda é essencialmente analógico. Apesar de avanços importantes nos últimos anos, com a digitalização total ou parcial de serviços públicos (como emissão de documentos, registro eletrônico de boletins de ocorrência policial, ritos processuais do Judiciário), eles não foram completos. Há, como tudo no Brasil, ilhas de excelência em meio a um oceano relativamente atrasado.

No campo empresarial, isso também é verdade. Avanços recentes, com o e-commerce e o relacionamento digital com o consumidor, são dignos de nota. Uma parte considerável dos empresários (e dos trabalhadores) ainda se beneficiaria da imersão digital.

Esforços pela digitalização são importantes. Porém a leitora e o leitor devem estar agora se perguntando: mas o assunto não era o tal do figital? Sim, ainda é. Estamos relativamente atrasados na digitalização dos negócios e do Estado, o que indica desafios grandes para dar o passo seguinte, que seria tornar a economia mais conectada ao universo do figital.

¹⁸ A primeira aparição do termo ocorreu justamente em português, em texto de 1551, escrito por Fernão Lopes de Castanheda; pouco depois foi traduzido e incorporado em todas as outras línguas. Em *Invention of Science* (Penguin Books, 2019), de David Wootton, há rica discussão sobre o surgimento de palavras, de produtos e de processos associados a ciência e a inovação, na pesquisa e nos negócios.

Para isso, é preciso ter clareza sobre cada processo. A digitalização é, basicamente, a agregação de sistemas digitais aos métodos, aos processos e às arquiteturas de criação, agregação, entrega e captura de valor já existentes em uma organização (seja ela um governo, uma empresa, um sindicato, um time de futebol ou o que for). Quase sempre, tais métodos, processos e arquiteturas são oriundos de um universo de competição analógica, que se dava quase unicamente na dimensão física.

A introdução de sistemas digitais sem o redesenho organizacional cria, apenas, analógicos digitais. Pode haver efeitos de aumento da efetividade do modelo de negócios no curto prazo, mas quase todos são insustentáveis no médio e longo prazo.

Já a transformação digital é, por sua vez, a combinação de inovação digital com transformação estratégica. Inovação digital depende de plataformas específicas para incentivar e provocar a mudança de comportamento nos agentes de mercado, como fornecedores (organização) e consumidores (seus atuais e potenciais clientes) de qualquer coisa, de carros e sorvetes a investimentos e políticas públicas. Transformação estratégica é um redesenho na arquitetura e nos processos de tomada de decisão e sua execução, acompanhamento e avaliação na criação, agregação, entrega e captura de valor da organização.

Digitalização e transformação digital estão, pois, em dois espaços-tempos distintos. São três, principalmente, os desafios para o digital no Brasil:

- 1.** O desafio básico para qualquer estratégia de Brasil Digital já é, hoje, o desafio de todas as empresas de e que dependem de *software*: gente. Gente qualificada, sofisticada, gente que entende algoritmos e sua complexidade, gente que escreve bem em português e fala inglês, para o Brasil ter pelo menos o potencial de competir nos mercados globais de *software*, uma demanda que só aumenta e que não dá nenhum sinal de que diminuirá neste século, muito pelo contrário: tudo é *software*.

- 2.** Qualquer estratégia digital do Brasil deve servir como uma das bases fundamentais para tratar as raízes da desigualdade e da falta de equidade no país. O problema não é só atacar as deficiências conjunturais de geração de trabalho e renda, senão emprego, mas cuidar das fundações que levem, no longo prazo, a uma combinação de educação e oportunidades capaz de gerar esperança e de incluir a maior parte da população brasileira na economia e sociedade da informação e do conhecimento. A transformação digital da educação, saúde, seguridade e defesa social serão fundamentais para avanços consistentes e sustentáveis nessa dimensão.

- 3.** Qualquer estratégia digital só é exequível e sustentável se tiver engajamento, compromisso e investimento do setor privado. Isso só será possível se a dimensão regulatória estiver bem-estabelecida, fomentando investimento em inovação e empreendedorismo, habilitando a criação de negócios inovadores de crescimento empreendedor de classe global aqui, para que o país tenha alguma chance de protagonismo em pelo menos alguns nichos do mercado mundial. Uma pré-condição para um país como o Brasil ser

competitivo em setores cujos modelos de negócios dependem de investimentos de risco e crescimento de médio a grande porte é uma dinâmica de mercados de capitais que ainda não existe no país. Tal falha estrutural provoca a tomada do mercado local por empresas que têm acesso a capital em mercados internacionais e/ou a desnacionalização de empresas criadas no espaço econômico local, como forma de defesa e sobrevivência.

COMPROMISSOS

Entendemos a ordem de prioridade do país. Há quase 50 milhões de pessoas, neste exato momento, sem acesso a saneamento básico (básico!) em suas residências. O universo de brasileiros que nunca teve acesso à internet é semelhante, segundo o IBGE. A evasão escolar de jovens aumentou no pós-pandemia, enquanto o volume de homens e mulheres desempregados e/ou em desalento atinge quase 20 milhões de pessoas. A alta inflação tem expulsado famílias de suas casas e feito explodir os índices de insegurança alimentar.

Neste contexto, a própria estratégia digital fica prejudicada. Temos consciência disso. O país, porém, precisa romper com o atraso **enquanto** lida com problemas sociais e sanitários urgentes. Não se trata, portanto, de fazer algo antes ou depois: é perfeitamente possível engajar lideranças políticas, empresariais e sindicais no mundo digital e suas novas estratégias enquanto reconstruímos políticas públicas tradicionais e desenvolvemos novas.

No cenário do mundo digital, mercados, empresas, times, pessoas e governos vivem em um contexto de flexibilidade combinatória, que está associada a cinco lógicas essenciais que regem as condições e as ações de todos os agentes no espaço digital.

1. DESINTEGRAÇÃO

As organizações e seus sistemas deixam de ser tratados como monolitos e são desintegrados até chegar a fragmentos que possam ser combinados para criar funcionalidades de múltiplos níveis de complexidade.

2. DISTRIBUIÇÃO

Os processos de criação, entrega e captura de valor são descentralizados e distribuídos na sociedade, na economia e entre organizações, assim como a liberdade e a responsabilidade pela *performance* local de cada processo.

3. REINTEGRAÇÃO

Os fragmentos criados no processo de desintegração, distribuídos na instituição, numa rede de instituições ou na sociedade como um todo, devem ser reintegrados para compor funcionalidades complexas, resultantes da combinação de elementos mais simples. Movimentos de desintegração-distribuição-reintegração são uma dinâmica constante no mundo digital.

4.COORDENAÇÃO

Para reintegrar fragmentos (como serviços) e construir funções (como parte de ecossistemas), é preciso concatenar agentes nas organizações para que, em rede, a flexibilidade combinatória do universo digital seja possível. Agentes, nesse contexto, são todos os responsáveis por processos de criação, entrega e captura de valor, e isso inclui de serviços providos por *software* a ações realizadas por humanos, passando por entregas realizadas por veículos e condutores, por exemplo.

5. PLATAFORMIZAÇÃO

Para ser efetiva, fluída e flexível, a reintegração dos sistemas a partir dos fragmentos não deve levar a mais monolitos, mas a conjuntos articulados de infraestruturas e serviços que habilitam aplicações escritas dentro e, principalmente, fora da organização. No caso de plataformização no Estado é fundamental que as interfaces para criação de aplicações a partir de plataformas de Estado sejam bem-definidas, transparentes e abertas.

ECONOMIA

Elaboração: Samuel Pessôa

Você, que lê este texto, sabe como a estabilidade é um elemento central para atividades rotineiras. Um mínimo de estabilidade, mesmo para quem floresce no caos, é necessário. Quando pensamos em economia, na economia brasileira particularmente, esta variável é ainda mais relevante: as diversas políticas públicas, das mais ambiciosas às minúsculas, em todas as áreas, apenas, ganham sustentabilidade quando a sociedade, os negócios e o governo operam em um contexto de estabilidade macroeconômica.

É difícil conviver em um contexto de elevado desemprego, mas é ainda mais difícil quando o mercado de trabalho em crise ocorre justamente quando a inflação está elevada. A perda de confiança na política fiscal do governo causa danos em efeito dominó, que tendem a provocar juros mais altos, encarecendo o crédito e dificultando a vida do próprio governo, que precisa rolar sua dívida a custos crescentes.

Sempre é mais fácil operar com estabilidade. Sabemos disso muito bem no Brasil! Recuperar a confiança dos agentes (famílias, empresas de todos os setores, movimentos sociais, etc., em todas as regiões) no governo é o passo inicial. Não bastam só boas ideias, mas é importante, também, a capacidade de transmitir segurança de que as ideias em gestação são as melhores disponíveis – ou possíveis.

O documento que aqui se apresenta é direto: propostas de reformas são apresentadas e defendidas com argumentação incisiva. Elas devem ocorrer em várias frentes, de forma a romper o imobilismo que nos marca nos últimos anos.

O país que chegará em 2023 encara desafios de ordem macroeconômica e microeconômica. Essas duas frentes fazem parte deste texto, tanto no diagnóstico quanto na indicação de propostas. O âmbito macroeconômico é aquele que lida com temas que atingem a todos nós: a taxa básica de juros, a taxa de inflação, a cotação do real, a dívida pública, os gastos do Estado e a forma como o governo aplica impostos. Já o âmbito microeconômico é aquele que trata de questões mais restritas (ainda que com consequências amplas): reforma administrativa, reformas de alguns tributos, abertura comercial, desenhos institucionais, etc.

É importante termos clareza que sem uma reorganização macro não adianta avançarmos rapidamente em uma série de reformas micro: os resultados sociais serão lentos, o que tende a agudizar o ressentimento em camadas crescentes da população, com óbvios reflexos eleitorais e políticos.

Se você, leitora e leitor, acompanha-nos nesta angústia com o estado de coisas e divide, com o **Derrubando Muros**, essa ambição por levantar algo novo, fica o convite para continuar esta leitura.

LIÇÃO DE CASA

Quando a ditadura militar terminou, os governos civis herdaram um quadro de descontrole total. A inflação superava 200% ao ano, enquanto o governo federal operava com nada menos do que três orçamentos anuais. Havia pouca transparência sobre o gasto público e praticamente nenhum controle, fosse judicial, administrativo ou social. O governo carregava uma dívida externa que exigia enormes esforços fiscais e monetários, além de horas e horas gastas em negociações intermináveis com credores. O caos era tão grande que o Banco Central, em vez de se concentrar na política monetária, também, cuidava de linhas diretas de crédito agrícola.

Foi dura a travessia iniciada em 1985. É preciso, portanto, ter em mente que os avanços não foram triviais: o país unificou o orçamento federal; modernizou o Banco Central (incluindo a introdução do regime de metas de inflação); tornou o câmbio flutuante; encerrou a hiperinflação (com o Plano Real); fortaleceu as instituições fiscais tanto do ponto de vista legal (Lei de Responsabilidade Fiscal) quanto administrativo (Tribunal de Contas da União e a Instituição Fiscal Independente); equacionou a dívida externa e acumulou expressivas reservas internacionais.

Desde o ano de 2000, o país passou a contar com o tripé macroeconômico que estipula metas anuais de inflação, taxa de câmbio flutuante e uma política fiscal que estabilize (e reduza) a dívida pública. Com a casa organizada, diversas políticas públicas afloraram: nas áreas sociais, sanitárias e educacionais, principalmente. Os resultados foram expressivos: aumento do nível de emprego; melhora dos indicadores de aprendizagem de crianças e jovens em escola pública; inflação sempre oscilando as metas.

Em algum momento da década passada, era como se tivéssemos conquistado o passaporte para o cenário de estabilidade macroeconômica. Parecia que a macroeconomia cumpriria seu desígnio: ser um discreto juiz de futebol, pouco notado e que ninguém conhece pelo nome.

Durou pouco: os desequilíbrios voltaram, notadamente a partir de 2012-13, com deterioração fiscal acelerada (a partir de decisões conscientes do então governo Dilma Rousseff) e leniência com a inflação. Desde 2015, lamentavelmente, acostumamo-nos com uma taxa de desemprego muito alta e com um patamar de dívida pública elevado. Com o atual governo Jair Bolsonaro, a desordem atingiu novos picos: o governo abertamente driblou uma importante regra fiscal (o teto constitucional de gastos), motivado por flagrante interesse eleitoral.

DESAFIOS

A instituição fiscal independente (IFI), órgão de assessoria do Senado, calcula que, em 2021, o superávit estrutural do governo central foi da ordem de 0% do PIB. É importante entendermos do que isso trata: o superávit estrutural “limpa” os números das receitas públicas e das despesas públicas não recorrentes e das oscilações das receitas e despesas em função do ciclo econômico. Ou seja, limpo de tudo isso, vemos que o buraco fiscal atual é da ordem de 2% do PIB: cerca de R\$200 bilhões.

Para que o próximo governo possa estabilizar a dívida pública no patamar atual (de 80% do PIB) será necessário “arrumar” R\$200 bilhões. Não é uma missão simples: vai cortar gastos com o quê? Vai aumentar a tributação sobre quem? Não fazer nada, isto é, carregar esse buraco fiscal de forma permanente tem um custo explícito (aumento da dívida pública) e implícito (dado que, uma hora, os detentores da dívida podem assumir que haverá um risco muito elevado de solvência, dando, então, gatilho para uma crise).

O superávit primário estrutural requerido para estabelecer a solvência do Estado brasileiro pode ser construído ao longo de um ciclo de 4 anos. O importante é que haja o comprometimento da nova liderança política e que os primeiros sinais convençam a sociedade do caminho. O desenho do ajuste fiscal estrutural – se gastaremos menos; se arrecadaremos mais ou se faremos um pouco dos dois – será determinado pelo novo Congresso Nacional com o novo governo.

Para o próximo biênio, 2023 e 2024, a política fiscal deverá ser contracionista ou expansionista?

Dependerá do que ocorrerá com a inflação e a atividade ao longo de 2022 e, portanto, com a necessidade de termos uma política monetária mais ou menos apertada em função do objetivo de trazer a inflação para a meta. Neste momento, você que lê este texto sabe: a inflação está muito alta e aparentemente fora de controle. Está tudo caro!

Quanto mais apertada estiver a política monetária, mais importante será a contração fiscal no período que está prestes a começar (2023-24) para que o custo de pagamento de juros da desinflação seja o menor possível, e não eleve ainda mais a dívida pública.

O atual regime fiscal que estabelece uma meta para o gasto parece ser o melhor. É possível que a Emenda Constitucional 95 (do teto de gastos) já tenha cumprido a sua função e que precise ser trocada por outra limitação para o gasto, inclusive, que abra mais espaço para o investimento público. Atendendo ao objetivo da sustentabilidade, os detalhes devem ser discutidos pelo Congresso com a liderança do novo governo.

Com relação à política monetária, após a institucionalização formal da independência operacional do BC com o objetivo de colocar a inflação na meta e o subsidiário de suavizar a atividade econômica, não vemos necessidades de mudanças.

No *front* da política cambial, não parece haver muitos problemas e este é um alívio em um quadro geral complexo. A institucionalização do regime de câmbio flutuante com a política agressiva de acumulação de reservas da década de 2000 tornou nosso passivo externo líquido contracíclico, o que trouxe enorme estabilidade. Temos elevadas reservas internacionais, majoritariamente denominadas em dólares. Choques externos que depreciam o real, automaticamente, valorizam nossos ativos externos.

Adicionalmente, o regime de câmbio flutuante tem funcionado como um amortecedor nos preços domésticos dos efeitos inflacionários produzidos pelas oscilações dos preços das *commodities* nos mercados internacionais. Como somos um grande exportador de *commodities* sempre que essas sobem nos mercados

internacionais, nós ficamos mais ricos, e, conseqüentemente, nossa moeda se fortalece, compensando em parte o efeito inflacionário da subida das *commodities*.

Há evidências de que o real é muito volátil. O BC tem utilizado a gestão das reservas e dos *swaps* cambiais para reduzir a oscilação da moeda. Avaliamos que esses são os instrumentos corretos para lidar com a volatilidade do câmbio. Lembramos também que parte, pelo menos, da elevada volatilidade de nossa moeda é fruto de nossa política fiscal ser muito pró-cíclica (isto é, que amplia os efeitos de um ciclo econômico: gastamos muito quando a economia já está em crescimento e vice-versa). Fato bem documentado em trabalho recente.¹⁹

O ideal é que o país construísse uma política fiscal estruturalmente estável, com regra de gasto anticíclico, de forma a contrabalançar a economia quando ela está muito aquecida ou muito deprimida. Isso deve contribuir para a menor volatilidade da moeda.

COMPROMISSOS

A economia brasileira, há muitos anos, cresce pouco. Mais recentemente, temos convivido com taxa de desemprego elevada e, para piorar, os preços ao consumidor estão muito altos. De modo geral, os agentes perderam a confiança no atual governo, o que aumenta o custo geral no país.

De partida, sabemos que um novo governo eleito tende a reduzir a desconfiança. Caso esteja comprometido com políticas fiscais sólidas, com objetivos claros (e transparentes), a resposta de consumidores, empresários e operadores de mercado tende a ser veloz e positiva. Isso ajudará, sobremaneira, o trabalho de política monetária e, conseqüentemente, distensionará também o ambiente para as reformas que aumentarão a eficiência do Estado e a produtividade da economia.

Como vimos, o novo governo deve buscar saídas com o novo Congresso para zerar o buraco fiscal atual (de R\$200 bilhões). As soluções ensejarão reformas microeconômicas (nos gastos e nas receitas).

Posto isso e tendo avaliado os princípios gerais do tripé macroeconômico – políticas fiscal, monetária e cambial – segue a indagação: o que fazer para elevar o potencial de crescimento da economia brasileira?

Há aqui duas agendas. A primeira é melhorar a qualidade da Educação Básica do país. Este tema é tratado em outra seção deste documento. A segunda agenda é elevar a eficiência do marco legal e institucional no qual a economia opera.

1. A IMPLANTAÇÃO DE UMA REFORMA DOS IMPOSTOS INDIRETOS – ISS, ICMS, PIS-Cofins e IPI – com vistas à forte redução do custo de observância

¹⁹ Ver de Bráulio Borges e Samuel Pessoa, “Expansão fiscal durante o superciclo das *commodities*”. Capítulo 1 em Para não esquecer, políticas públicas que empobrecem o Brasil, livro organizado por Marcos Mendes, 2022, p. 38-71.

e da litigiosidade. Há diagnósticos prontos e duas PECs relativamente avançadas no Congresso Nacional (a 45 e a 110).

O elevado custo de conformidade dos impostos indiretos desempenha o mesmo papel hoje, na elevação do custo de transação de operação da economia brasileira, que a elevada inflação desempenhava antes do Plano Real. As empresas, hoje, precisam ter departamento contábil hipertrofiado, bem como em cada esquina do país há um escritório de advogados tributaristas para ajudar as empresas a pagarem seus impostos. A redução das horas gastas com um ato que deveria ser simples – pagar impostos – terá impacto positivo na produtividade geral da economia.

2. A MAIOR INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA À ECONOMIA MUNDIAL. Desde os anos de 1970 e com muita intensidade a partir dos anos de 1990 a indústria de transformação tem-se organizado em torno das cadeias globais de valor. O processo produtivo foi dividido em inúmeras partes e cada uma delas é feita no país com as melhores condições de custo. De sorte que a maior parte do comércio internacional é de produtos em processo.

Um exemplo é a indústria aeronáutica brasileira, sob a liderança da Embraer. Para cada dólar exportado a Embraer importa metade. É esse elevado conteúdo de importação que torna o avião da Embraer competitivo no mundo. Infelizmente o modelo Embraer é a exceção e não a regra quando se trata da nossa indústria de transformação.

A aprovação de uma reforma tributária que reduza muito o custo de conformidade retirará da nossa indústria de transformação um fardo bem pesado. Adicionalmente, uma redução unilateral das tarifas de importação em um regime de câmbio flutuante não apresta os inconvenientes da abertura em um regime de câmbio fixo. Como o professor Edmar Bacha tem apontado em inúmeras oportunidades, a abertura será compensada pela desvalorização do real. O efeito líquido será somente ajustar a competitividade doméstica dos diferentes setores às nossas reais vantagens comparativas.

3. MELHORAR A FORMA DE FUNCIONAMENTO DO SETOR PÚBLICO. O tema demanda uma reforma administrativa. Aqui parece que o erro que temos cometido é sempre desejar começar do zero. Desde que o ministro Bresser-Pereira aprovou, no primeiro mandato de FHC, a sua PEC da reforma administrativa, temos instrumentos constitucionais para tocar essa agenda. Basta regulamentar.

Há muitas medidas na esfera infraconstitucional – legislação complementar e ordinária – para serem implantadas e há diagnósticos precisos já construídos. Os temas são: a redução do número de carreiras a maior flexibilidade entre elas; a valorização do estágio probatório; a construção de carreiras em que o salário de entrada seja menor do que o topo da carreira; e critérios não cronológicos para o progresso na carreira. Armínio Fraga, em associação com Ana Carla Abrão Costa e o administrativista Carlos Ari Sundfeld, tem reflexão amadurecida do tema.

4. O PAPEL DO ESTADO NO INVESTIMENTO. O tema aqui é incontroverso. Em setores de infraestrutura e em serviços de utilidade pública com elevado retorno social, mas baixo retorno privado, deve haver a intervenção do Estado. Os itens mais claros são mobilidade urbana e saneamento básico para aquelas localidades que não serão atendidas pelo novo marco regulatório para o setor. Há, no entanto, infraestruturas de logística que não são viáveis por meio de concessão ou mesmo de parceria público-privada. Nesses casos, o setor público deve prover diretamente os recursos.

Na parte de infraestrutura a agenda é de melhora institucional para reduzir o custo regulatório e o elevado custo de construção. Há três linhas em que precisamos avançar. Primeira, dotar o setor público de um mecanismo de contratação da execução de projetos de engenharia. Há a figura da colação que pode ser instituída. A melhora da qualidade dos projetos básico e executivo é um dos principais instrumentos para reduzir aditivos e litígios. Segunda: criar as condições para que o *performance bond* seja um instrumento amplamente empregado em obras de elevada complexidade. Terceira: estabelecer as alçadas em que as decisões ambientais e de compensações sociais sejam tomadas. Hoje, há duplicidade de instâncias e falta de clareza nas atribuições. Independente de uma decisão ter sido tomada, sempre é possível encontrar-se alguma outra instância e reiniciar o processo, o que eleva em muito a incerteza.

5. O PAPEL DO SETOR PÚBLICO NO ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E À ELEVAÇÃO DA DIVERSIFICAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO. Aqui a agenda dos bancos públicos e do setor público em geral é no esforço do que se conhece por política industrial. Do ponto de vista conceitual, há motivos claros para considerar que essas políticas fazem sentido.

O desenvolvimento tecnológico ou mesmo a transferência para o território nacional de tecnologias desenvolvidas alhures apresenta retorno social superior ao privado. Se o empreendimento der certo, todos ganham, inclusive, diversos empresários que podem aprender com o inovador; se der errado, o custo será exclusivo do líder do empreendimento. O tema aqui é no estabelecimento de protocolos para que a política de desenvolvimento industrial não seja exclusivamente desperdício de recursos. É preciso que se tenha metas claras e mecanismos para aferi-las e, principalmente, mecanismos críveis para cessar com a política se a probabilidade de sucesso for muito baixa.

Ainda no campo do investimento em tecnologias e na produção de patentes é necessário sabermos o que temos feito com as estruturas que já temos. Possuímos uma extensa rede de universidades públicas; bancos públicos como BNDES e BNB; agências de fomento financeiro como a Finep; agências de desenvolvimento direto, como Embrapa e Emprapii; inúmeras agências de estímulo como, por exemplo, as fundações estaduais de apoio à pesquisa, etc. Adicionalmente, nos anos de 2000, aprovamos a Lei do Bem e a Lei da Inovação. Nos anos de 2000, não faltou recurso para essas e outras instituições. Qual foi o impacto de toda essa estrutura na produção de patentes? Não parece ter sido muito bom. É necessário um diagnóstico que permita medidas que elevem a eficiência dos recursos já aplicados no setor.

Além da agenda de desenvolvimento industrial, a ação dos bancos públicos de desenvolvimento é importante para o estímulo às exportações e para o financiamento das pequenas e médias empresas. Há vários estudos documentando a importância do BNDES para esse segmento do mercado.

6. A REFORMA TRIBUTÁRIA COM VISTAS A ELEVAR A PROGRESSIVIDADE DOS IMPOSTOS DE RENDA NO BRASIL. Há clara evidência de que o imposto de renda no Brasil deixa de ser progressivo para o último centésimo da distribuição de renda.²⁰ Isto é, aqueles cidadãos cuja renda os coloca no 1% mais rico ou que mais pagam alíquotas médias de imposto de renda (após consolidarmos o imposto de renda da pessoa jurídica e da pessoa física), iguais ou menores àquela paga pelos estratos de renda abaixo do último centésimo da distribuição. Isso não faz sentido.

A agenda aqui é aumentar a tributação das pessoas jurídicas (PJs) que operam nos regimes especiais do simples e do lucro presumido e fechar inúmeras possibilidades de planejamento tributário das PJs que operam no regime do lucro real. Possibilidades essas que permitem que sistematicamente o lucro contábil seja superior ao lucro tributário. O aumento de tributos que advier da reforma deve ser prioritariamente empregado para a construção da solvência do Estado brasileiro, tema tratado na parte inicial deste texto.

20 Ver, por exemplo, “O resgate da progressividade tributária: uma agenda para a justiça social e ambiental”, de Rodrigo Orair, Theo Ribas Palomo e Laura Carvalho. Trabalho publicado como o 12º capítulo de *Reconstrução, o Brasil nos anos 20*, organizado por Felipe Salto, João Villaverde e Laura Karpuska, 2022, da editora Saraiva, p. 267-287.

GEOPOLÍTICA

Elaboração: Philip Yang

Que lugar um país deve ter no mundo? A resposta não depende, apenas, dos esforços que determinada nação faz. Os interesses (comerciais, culturais, militares e geopolíticos) são multifacetados e complexos. Mas, seguramente, o ponto de partida para qualquer percepção sobre um país pelos demais parte... do que cada nação quer ser.

Nos últimos 4 anos, o governo federal foi muito bem-sucedido em seu objetivo de isolar o Brasil.

Diante da crescente (e inescapável) demanda global por proteção ambiental, descarbonização produtiva e respeito a povos originários, o governo Jair Bolsonaro praticou o oposto: foi omisso diante de queimadas nos diversos biomas brasileiros, em particular na Amazônia e no Pantanal; foi ativo no desmantelamento das instituições de monitoramento (como o Inpe), vigilância (Ibama), proteção (Funai) e controle (ICMBio).

Do ponto de vista político, assistimos a um aprofundamento das relações com os Estados Unidos... enquanto esta nação era governada por um presidente (Donald Trump) simpático ao governo brasileiro. Na campanha mundial pela vacinação em massa contra a Covid-19, o governo Bolsonaro decidiu cerrar fileiras ao lado de minorias radicais antivacina e antimáscaras de proteção.

Em um mundo cada vez mais preocupado, em termos diplomáticos e comerciais, com a economia verde, com a ciência e com um multilateralismo pragmático, o governo brasileiro apostou firme nos extremos opostos de cada tendência. Plantou o isolamento e colheu o atual cenário de pária.

O lugar do Brasil no mundo não pode ser esse. Não é!

O presente texto apresenta ideias ousadas para as relações externas brasileiras. Algumas das sugestões podem pegar a leitora e o leitor desprevenidos: sabemos que você, tal como nós, acostumou-se a ler textos anódinos sobre política externa. Não há, aqui, repetições de chavões. Eles são conhecidos, de que vale dizer de novo? Nosso interesse é claro: aproveitar as vantagens comparativas brasileiras – em nossa economia e nossa cultura – para reposicionar o Brasil no mundo.

Claro que, para dar certo, depende de como os demais atores globais nos perceberão. O ponto de partida, no entanto, é local: sempre é local. Apostamos na mudança interna, a partir do Brasil, como início de um movimento novo do país.

LIÇÃO DE CASA

A associação com os EUA começou nas primeiras horas da República. São conhecidos os textos de Rui Barbosa, principal intelectual por trás da primeira Constituição republicana (a de 1891), em que os Estados Unidos surgem como *role model* inescapável. A importação do presidencialismo, em substituição ao parlamentarismo que adotamos durante o século XIX, atendia a uma das principais ambições de Rui Barbosa: copiar instituições políticas norte-americanas para, com isso, repetir aqui o sucesso econômico de lá.²¹

Ao longo do século XX, França e Inglaterra deixaram aos poucos de servir de modelo para a elite política e econômica brasileira, com os EUA ocupando este papel. A partir da Segunda Guerra Mundial, esse processo foi acelerado pela importação de costumes culturais, em especial no cinema, na televisão e na música popular.

A despeito das mudanças, aqui e ali, que diferentes governos brasileiros implementaram em nossa política externa, não é um exagero afirmar que a associação com os EUA permaneceu constante nos últimos 130 anos.

Do ponto de vista comercial, no entanto, essa associação não tem sido correspondida. Há mais de duas décadas que os negócios brasileiros são majoritariamente concentrados com a China.

DESAFIOS

É chegada a hora, a partir de 2023, de o Brasil buscar mais conexões culturais e maior cooperação científico-tecnológica com a China, deixando nossas relações mais complexas. Podemos aproveitar mais das intensas trocas que fazemos com os chineses que, até aqui, têm sido basicamente concentradas em trocas (exportações e importações) de produtos. Embarcamos grãos, minérios e carnes para eles e, em troca, recebemos bens manufaturados (de brinquedos a carros), além de partes e peças intermediárias para nossa indústria.

Não se defende, aqui, qualquer substituição dos EUA pela China. Precisamos, sim, romper com essa ideia fixa de que o Brasil deve se “acoplar” a uma potência econômica e dela copiar instituições, hábitos alimentares, maneiras de se vestir e músicas para se ouvir. Trocamos França por EUA e não devemos realizar uma nova substituição.

É perfeitamente possível buscar mais associações com a China sem qualquer

21 São diversas as referências a isso, além dos próprios textos de Rui Barbosa. Mencionamos alguns autores que refletiram sobre a questão da “importação de instituições dos EUA”: Raymundo Faoro em *Os donos do Poder* (Globo, 2016, especialmente nas p. 747-749); Oscar Vilhena em *A batalha dos poderes* (Companhia das Letras, 2018) e Maria Tereza Sadek, “Parlamentarismo e presidencialismo: representação política, processo decisório e democracia”, em BOITO, Armando Jr. (org.), *Parlamentarismo e Presidencialismo* (Paz e Terra, 1992).

desvinculação do atual estágio de relações que temos com os demais países. A democracia americana, aliás, continua a inspirar jovens no Brasil, que buscam a vida política (partidária ou comunitária) a partir de símbolos locais e externos.

Quando, na década passada (2001-2010), buscamos maior associação com nações africanas, em respeito à história brasileira, aquele movimento não representou afronta ou corte com os EUA ou com qualquer outra nação. De 1550 a 1850, ao menos, 4,9 milhões de africanas e africanos chegaram vivos para trabalhar como escravos no Brasil.²² Ampliar nossas relações culturais, mas também comerciais, com nações africanas faz todo o sentido.

Maior relação (econômica e cultural) com nações africanas, em particular com Angola, é uma questão de reconhecimento histórico. Não se trata de afronta a quem quer que seja. Quando pensamos na China, os termos são os mesmos: trata-se do maior parceiro comercial brasileiro há duas décadas. É necessário tornar mais complexa essa relação que já existe no campo comercial, sem que isso denote associação com o regime político daquele país ou, pior, que este movimento implique ruptura com outros países.

COMPROMISSOS

O Brasil tem flagrantes vantagens comparativas para o mundo do presente e do futuro. Consumidores, investidores e empresários em todo o mundo valorizam, cada vez mais, produtos e serviços que embutem responsabilidade ambiental e social. Há um prêmio, crescente, sobre bens e serviços que não impliquem em carbonização. Em um termo: economia verde. Ela já faz parte do comércio internacional e a tendência, inescapável, é que proteção ambiental, descarbonização produtiva e respeito social no mundo do trabalho, na pesquisa científica e nas relações entre governos, tornem-se prioritários em análises de investimento.

Sem qualquer ruptura ou animosidade com os EUA, devemos ampliar nossas relações com a China. Ela já se constitui, há muitos anos, nosso maior parceiro comercial. Por que restringir nossas relações apenas às trocas de grãos por brinquedos, de minérios por carros e de carnes por celulares? É perfeitamente salutar buscar maior cooperação científico-tecnológica, bem como cultural.

Essa cooperação pode ocorrer de diversas maneiras. Em recursos humanos, o Brasil pode tornar-se mais aberto a imigrantes de modo geral e de chineses, em particular. Pesquisadores estrangeiros transitando em nossas universidades, institutos tecnológicos, *think tanks* e centros de pesquisas seguramente oxigenarão formas de pensar os nossos problemas locais. Da mesma forma que brasileiras e brasileiros podem apreender conhecimentos relevantes, em diversas áreas, e retornar ao Brasil para aplicar aqui.

Investimentos binacionais, notadamente em infraestrutura pesada e urbana (em que estamos muito defasados), são outra seara para ampliação de nossas

²² Os dados foram compilados pelo consórcio de pesquisadores internacionais do Trans-Atlantic Slave Trade Database.

relações com a China. Da mesma forma que *joint-ventures* entre companhias brasileiras e empresas chinesas permitiriam acesso mais veloz a capitais hoje inacessíveis aos locais, permitindo ganhos de escala importantes para um país que tem pressa em resolver tantos problemas sociais como o Brasil: saneamento básico, transição energética, iluminação urbana, equipamentos culturais nos municípios, digitalização do setor público, internet das coisas, etc.

Por fim, essa maior complexidade que defendemos para a relação entre Brasil e China pode e deve envolver *startups*. Uma vez iniciado o processo de maior proximidade científico-tecnológica entre as duas nações, o empreendedorismo local brasileiro pode aflorar em oportunidades que, hoje, simplesmente não podem existir.

Resumimos a seguir, em dois pontos, o que entendemos ser o compromisso que precisamos estabelecer a partir de 2023 para reposicionar o Brasil no mundo:

1. A diplomacia brasileira pode liderar os esforços para a economia verde. Há muito o que se “vender” a partir de mudanças internas, como já vimos em outras seções deste documento. Este ponto independe de contexto ou de qual país estejamos em contato: seja diante de uma representação de Angola, da China, dos Estados Unidos, da França, da Argentina ou de qualquer outra nação, o diplomata brasileiro pode pautar-se pela mesma agenda de economia verde. Ela é “a cara do Brasil” e veio para ficar.

2. O país pode e deve complexificar suas relações com a China, nosso maior parceiro comercial há mais de 20 anos. Em vez de concentrar nosso relacionamento na questão econômica, podemos buscar maior cooperação científico-tecnológica com os chineses, ensejando maior abertura de nossas universidades e empresas a pesquisadores e técnicos chineses.

CARTA DO EDITOR

Por João Villaverde

A minha geração dava de barato a coesão social e política. Pense comigo, leitora e leitor, como estávamos na abertura da década passada. Em 2010, pouco tempo atrás, nada menos do que 90% do eleitorado brasileiro votaram em Dilma Rousseff (47%), José Serra (32,6%) e Marina Silva (19,3%) no primeiro turno da disputa presidencial. Agora pense nas diferenças reais que existiam entre esses três candidatos. Eram tão grandes assim?

Todos os três vinham da luta contra a ditadura militar. A primeira e a terceira colocadas eram mulheres. Nenhum dos três discordava quanto à necessidade de políticas sociais ativas para aliviar a terrível desigualdade que sempre nos marcou. Nenhum dos três propunha radicalidade no trato político: todos estavam dispostos a governar com o Congresso Nacional, respeitando os grupos sociais estabelecidos e com pontes reais com o empresariado, os sindicatos, a imprensa. Claro que diferenças programáticas existiam, mas, convenhamos, não eram abissais. O país não estava “rachado”.

Corta para 2022. Estamos há quantos anos com essa sensação de mal-estar que sentimos hoje? Eu sei que você, leitora e leitor, sente: eu sinto também. Terminamos as eleições de 2014 e de 2018 cortados praticamente ao meio. Dilma, 51%; Aécio, 49%. Bolsonaro com 57 milhões de votos, mas com outras 58 milhões de pessoas votando contra ele (sendo 47 milhões em Fernando Haddad e outros 11 milhões em branco e nulo). As divisões sociais aumentaram dramaticamente. Para piorar, uma pandemia; e o governo Bolsonaro, abertamente, defendendo ruptura institucional.

Famílias rachadas, amizades desfeitas, desconfiança intragrupos e muitas dificuldades de composição política. Há pouco diálogo neste país que se arrasta por 2022. É como se estivéssemos com muros, resistentes e altos, levantados a nosso redor. A postura mais cômoda, num quadro desses, é fingir que nada está acontecendo. Continuar fechados em nós mesmos, disparando mensagens nas redes sociais, isolados em ilhas, protegidos pelos muros que levantamos – ou que foram levantados.

O mais difícil, neste quadro atual, é derrubar os muros.

Há vasta literatura acadêmica, nos campos da economia, da ciência política e da Administração pública indicando a relevância da coesão social para garantir avanços econômicos, identitários e políticos. O governo atua melhor quando há mais confiança social. Vale para uma empresa, uma ONG, um sindicato, uma

orquestra: todos funcionamos melhor quando confiamos no regente e no colega que está ao nosso lado.

Quando fui convidado a participar do Derrubando Muros, como responsável pela produção desta Agenda, de imediato fui tomado por um misto de sensações. De fato, é mais fácil não fazer nada: “de que adianta tentar?”; “o país está polarizado, temos de tolerar e esperar para melhorar mais adiante”; “esse horror bolsonarista vai passar, assim como um dia o regime militar terminou”.

Por sua vez, todavia, a racionalização se impõe: as principais conquistas que tivemos foram resultados de lutas. A ditadura teve seu fim acelerado, de baixo para cima, por conta da pressão social pelas eleições diretas. O estabelecimento de um sistema único de saúde, que garante um acesso mínimo aos milhões que historicamente eram excluídos de qualquer assistência, veio a partir das organizações regionais de médicos sanitaristas. As milhões de crianças sem escola foram incorporadas a partir de um esforço tremendo para universalizar o ensino. A carestia e a insegurança alimentar entraram na agenda pública, com políticas sendo desenhadas para aplacar um drama social. A hiperinflação, legada pelo regime militar, foi resolvida por obra original de economistas brasileiros, em governo civil. Importantes instituições ambientais foram criadas.

Este é o “copo meio cheio” que a minha geração herdou. É por isso que, suspeito, dávamos de barato que a relativa coesão social, apenas uma década atrás, estava dada.

Enquanto o Derrubando Muros unia diferentes cabeças, naquele mesmo contexto terrível da vacinação sendo sabotada pelo governo Jair Bolsonaro, eu coorganizava (com Felipe Salto e Laura Karpuska) um livro, **Reconstrução**, que buscava pensar as políticas públicas que devem ser reconstruídas quando este horror terminar. O livro se coaduna com estes esforços que você encontrou aqui, leitora e leitor. Não são idênticos, mas sim complementares.

É grande a riqueza intelectual em nosso país. Lembrar disso é sempre inspirador!

Aceitei o desafio do Derrubando Muros e fui exposto a um conjunto amplo de inteligência e de elevado espírito público. São empresários, pesquisadores, comunicadores, políticos, ativistas. São pessoas que gastaram horas e horas de seus dias, nos últimos anos, para discutir seus assuntos com um objetivo claro: estabelecer pontes reais, críveis, para um novo começo do país.

Produzir este documento envolveu deglutir diversos trabalhos, além da realização de reuniões com grupos específicos. A todas e todos, agradeço muito. Foi um período especialmente criativo em minha trajetória.

Embora este trabalho seja um *work in progress*, a minha sensação ao terminar é de esperança genuína. O horror passará. O que está diante, em 2023, pode não ser o céu de brigadeiro (até porque cada uma e cada um vê um céu a partir de suas preferências ideológicas). No entanto estou confiante que será um quadro mais leve do que este que temos suportado até aqui. Só resgataremos a coesão social necessária para rompermos com o imobilismo e com o horror se derrubarmos os muros que estão ao nosso redor.

Não custa tentar. É isso o que se propõe aqui.

QUEM SOMOS

INTEGRANTES:

Abílio Baeta Neves, Ana Toni, Andrei Netto, Antonio Britto, Aod Cunha, Benjamin Sicsú, Beto Verissimo, Carlos Ari Sundfeld, Carlos Melo, Christian Kieling, Christian Lynch, Cristovam Buarque, Daniel Pinheiro, David Zylbersztajn, Eduardo Jorge, Eduardo Wurzman, Elena Landau, Estevão Ciavatta, Felipe Feldens, Fernando Abrucio, Fernando Gabeira, Fernando Lottenberg, Fernando Mello, Fersen Lambranco, Flavio Bartmann, Germano Rigotto, Helena Backes, Horácio Lafer Piva, Ilona Szabó, Israel Gottschalk, Jerson Kelman, Joana Monteiro, João Carlos Torres, João Jornada, Jose Cesar (Zeca) Martins, Jose Eduardo Martins, José Pedro Goulart, Juan Carlos Castilla-Rubio, Julia Sekula, Juliano Assunção, Laura Machado, Lucas Amato, Lucia Hauptman, Luciana Guimarães, Luiz Augusto Barroso, Marcello Brito, Marcelo Madureira, Marcelo Trindade, Marcio Fortes, Marco Ruediger, Marcos Jank, Marcus Barão, Marisa Salles, Marluce Dias, Mauricio Moura, Mauricio Rands, Mauro Dorfman, Mauro Dutra, Mendonça Filho, Miguel Lago, Milton Seligman, Monica Sodré, Natalie Unterstell, Nelson Jobim, Nelson Proença*, Octavio Amorim, Orlando Thome, Paulo Knapp*, Pedro Doria, Pedro Hallal, Philip Yang, Rafael Parente, Raul Jungmann, Ricardo Chaves, Ricardo Henriques, Ricardo Piquet, Ricardo Rangel, Roberto Alvarez, Roberto Freire, Rogério Studart, Robson Capasso, Samuel Pessoa, Sérgio Besserman Vianna, Silvio Meira, Simão Jatene, Tabata Amaral, Tasso Azevedo, Teka Vendramini, Tom Rebelo, Tomás Alvim, Vitor Knijnik, William Ortiz, Yacoff Sarkovas.

*em memória

COMITÊ EDITORIAL:

José Cesar (Zeca) Martins, Benjamin Sicsú e Pedro Doria

REDAÇÃO E EDIÇÃO:

João Villaverde

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO:

Mauro Dorfman, Vitor Knijnik

COORDENAÇÃO DE CAPTAÇÃO:

Lucia Hauptman

COORDENAÇÃO GERAL:

José Cesar (Zeca) Martins e Yacoff Sarkovas

DERRUBANDO
MUROS